



30 anos



Sessão Solene com a presença do Chefe de Estado

Grande jornada associativa em Rio Maior

pág. 9 a 12

No cumprimento da decisão tomada na Assembleia Geral Nacional Ordinária de 17 de Abril passado, e conforme ELO devidamente relatou, transcreve-se o texto que foi oportunamente entregue aos Senhores Presidente da República e Ministro da Defesa, chamando-se a atenção dos associados também para o "esclarecimento da DN", e documentos anexos, publicado na página 7.

Descontentamento dos ex-praças

A Assembleia Geral Nacional Ordinária (AGNO) de 17-04-04, no ponto quarto da sua Ordem de Trabalhos, denominado "Ponto da Situação das Reivindicações Legislativas", aprovou, por maioria, a proposta B deste ponto, apresentada por nove associados que, após dezanove considerandos, termina com o seguinte número vinte:

"20 - Assim, propõem para aprovação desta Assembleia:

a) Que a Direcção Nacional entregue um documento ao Sr. Presidente da República, na qualidade de Chefe Supremo das Forças Armadas e ao Sr. Ministro da Defesa fazendo eco do descontentamento desta Assembleia pela discriminação feita aos ex-praças por aquele Dec-Lei os quais também combateram na defesa da Pátria e aí se deficientaram.

b) O documento deve ser publicado na primeira página do nosso jornal ELO porque estão em causa os direitos de 92% dos DFA."

A MAGN, por presidir à Assembleia, elabora este documento a fim de propor-

cionar à Direcção Nacional (DN) o cumprimento da proposta aprovada.

Deste modo cumpre-nos explicitar o "eco do descontentamento desta Assembleia pela discriminação feita aos ex-praças" pelo DL n.º 134/97, de 31 de Maio.

Esta proposta surgiu na sequência do documento "Estratégia Legislativa de Curto e Médio Prazo" (proposta A) apresentado pela DN, neste ponto da Ordem de Trabalhos, também aprovado por maioria (e já anteriormente aprovado pelo Conselho Nacional) e que definiu as medidas que a ADFA assume como mais prementes para o seu universo associativo.

Neste contexto, a proposta B foi a forma que a Assembleia encontrou de deixar inequivocamente vincado o sentimento de enorme injustiça que os ex-praças DFA sentem pela exclusão, de que sempre foram alvo, de poder evoluir na carreira quer pela discriminação inicial que não lhes permitiu ingressar no activo quer pela segunda discriminação que os preteriu de qualquer promoção no âmbito do DL 134/97 que, injustifi-

cadamente, introduziu ainda maiores desigualdades do que as anteriormente verificadas entre DFA.

Referem-se nos considerandos desta proposta as seguintes linhas de força:

"5 - É uma forma muito estranha de pensar e agir da Direcção Nacional, quando não encontra prioridade na sua estratégia legislativa para forçar o poder político a reparar a maior das injustiças praticadas até hoje na nossa Associação" (sublinhado nosso).

9 - De facto, a Assembleia Geral realizada em Leiria, perante a grande injustiça praticada pelo Dec-Lei 134/97, aprovou por esmagadora maioria que a Direcção Nacional não pode nem deve aceitar qualquer novo benefício para os sargentos e oficiais DFA, em que os ex-praças que foram e continuam a ser os mais injustiçados, fiquem de fora.

12 - Ora, os ex-praças DFA sofreram uma das maiores injustiças que esta Associação de uma forma sub-reptícia autorizou que foi serem banidos e discriminados dos benefícios atribuídos a sargentos e oficiais DFA através do Dec-Lei 134/97."

No âmbito do debate sobre este ponto da Ordem de Trabalhos, a Assembleia decorreu com intervenções de forte clamor de injustiças, com referências a que a acção da DN nesta matéria tem sido pouco actuante e, para alguns, até contrária ao sentir dos associados, tendo ainda e sempre em conta que "os ex-praças representam 92% da ADFA" e têm sido "banidos e discriminados dos benefícios atribuídos aos sargentos e oficiais DFA através do DL 134/97".

A MAGN deixa assim explícito, com rigor, o descontentamento de que a Assembleia se fez eco pela discriminação em causa e de que os ex-praças são objecto.

Para cumprimento do aprovado na AGNO, solicita-se o envio deste documento a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, na qualidade de Chefe Supremo das Forças Armadas e ao Senhor Ministro da Defesa Nacional, bem como ao ELO para posterior publicação.

Pela MAGN
António Carreiro
(presidente)

Instituto Militar dos Pupilos do Exército

Encontra-se aberto concurso, até ao dia 25 de Junho próximo, para admissão de alunos aos ensinos básico e secundário, para o ano escolar de 2004/2005, no IMPE, de acordo com as "Normas para a admissão e organização de processos de candidaturas a alunos", sendo que em regime de internato existem os 5º, 6º, 7º, 8º e 9º anos, e em externato, além destes, também os 10º, 11º e 12º.

Todas as informações podem ser obtidas para, ou em:

IMPE, Estrada de Benfica 374, 1549-016 LISBOA; tlf: 217713832 ou tel./fax: 217785289 (dias úteis das 10H00 às 17H00);

endel:

secr.escolar.impe@mail.telepac.pt;

http://www.exercito.pt



IMPE

ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO
ADMISSÕES - 2004 / 2005

INTERNATO E EXTERNATO



Breves

por Isabel Marques

CNAD cria secção de turismo para deficientes

A Cooperativa Nacional de Apoio a Deficientes (CNAD) criou uma secção, designada de Turintegra, própria para o turista com deficiência, com serviços na área do turismo integrado. A Turintegra dispõe de apoio directo e personalizado, colaboração com várias entidades do turismo e reabilitação, estudos na área de acessibilidades, programação para férias sem barreiras e apoio na execução de projectos de turismo.

AFID promove exposição de artes plásticas

A Associação Nacional de Famílias para a Integração da Pessoa Deficiente (AFID), com a colaboração do Governo Civil de Lisboa, está a promover, de 6 de Maio a 7 de Junho, uma exposição de artes plásticas, denominada de «Temperamentos», no salão nobre do Governo Civil, no Chiado, em Lisboa.

Assembleia da República aprova Estatuto

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, o Estatuto do Dirigente Associativo Voluntário, numa sessão plenária que se realizou no passado dia 23 de Abril. Havia sido apresentados dois projectos, mas a 8ª Comissão Parlamentar, após várias audições, produziu um só texto de substituição aos dois projectos, sendo este o aprovado.

Bolsas "Criar Lusofonia 2004"

Os resultados do concurso anual Criar Lusofonia 2004 contemplaram três candidatos, Jorge Loureiro Figueira, de nacionalidade portuguesa (texto trágico-marítimo), Waldir Araújo, da Guiné (investigação sobre os Rebelados) e Luís Cardoso, de Timor (romance). Esta é uma iniciativa do Centro Nacional de Cultura e conta com o apoio do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas.

Estreia do magazine Consigo em "A dois"

Estreou, no passado dia 9 de Maio, no canal de televisão "A dois", o magazine Consigo. Uma parceria do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD) e a Rádio Televisão Portuguesa (RTP). Este magazine aborda, entre outras coisas, a perspectiva da participação e cidadania das pessoas com deficiência.

Exposição «Comemorações do Alargamento da Comunidade Europeia»

Realizou-se, entre os dias 27 e 29 de Abril, uma exposição das «Comemorações do Alargamento da Comunidade Europeia», organizada pelo Governo Civil de Lisboa, na Cordoaria Nacional, em Lisboa.

Estiveram patente stands dos países aderentes: Chipre, Hungria, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia, República Checa, e dos países can-

Numa simples definição em qualquer vulgar dicionário, ELO significa, "Aquila que liga". E terá sido nesse preciso sentido que os fundadores da ADFA, fará em Novembro também 30 anos, deram tal nome a este seu/vosso jornal. Não fará então qualquer sentido que tal elo seja quebrado, e não será esta Redacção que o vai proporcionar ou permitir, pelo menos enquanto estiver em funções e tiver a confiança de uma Direcção Nacional que eleita, sem oposição, há cerca de seis meses, a escolheu, com a necessária garantia tanto de independência como de lealdade, sendo também certo que o lugar do seu principal redactor estará sempre à disposição. Assim, tentando que fiquem esclarecidas quaisquer dúvidas ou situações ambíguas, muito excepcionalmente nesta edição são publicados todos os textos que nos chegaram (*), muito embora alguns pudessem não o ter sido.

A partir deste número, no entanto, e porque "ELO" que somos, não alimentaremos polémicas e divisões, seja a que pretexto for, conscientes que estamos, ainda por cima, de que os tempos conturbados que se vivem na nossa sociedade, de que o associativismo será também reflexo, podem, por vezes ainda que inconscientemente, provocar danos graves na luta que é de todos e para todos. Nesse sentido apelamos às Delegações para que respeitem, nas suas notícias, quer espaço quer conteúdo, conforme já definido do anterior, deixando para quem de direito o tratamento de temas que ultrapassem a sua esfera de competências, bem como pedimos aos nossos colaboradores habituais que não utilizem as suas "Opiniões" para qualquer tipo de críticas ou ataques que possam ser tomados como pessoais. A todos estes responsáveis, bem como a todos os leitores, recordamos que existe a secção de "Escrevem os sócios" onde cada um, sem que lhe seja, contudo, permitido qualquer abuso de linguagem, pode livremente expor as suas questões.

A redacção

(*). Exceptuam-se as cartas de associados que, conforme condicionalismo já anunciado, aguardam a sua vez.

didatos a um futuro alargamento: Bulgária, Roménia e Turquia, para além de várias actividades, como gastronomia, passagem de modelos, concertos, dança e cinema.

2º Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Neurofibromatose

A Associação Portuguesa de Neurofibromatose organizou no passado dia 29 de Maio o 2º Encontro Nacional, no Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD), em Lisboa. No painel constaram vários assuntos em debate relacionados com a Associação, entre os quais: intervenções terapêuticas, aspectos psicológicos, aspectos legais e apoios institucionais, experiências, relatórios de contas e plano de actividades para o presente ano. As intervenções couberam a vários especialistas da matéria.

Cerimónia de constituição da Associação Luso-Indonésia de Amizade e Cooperação

Realizou-se no passado dia 24 de Maio a cerimónia de constituição da Associação Luso-Indonésia para a Amizade e Cooperação (ALIAC), na sede do Centro Nacional de Cultura (CNC). Esta associação recorda as relações antigas que Portugal manteve com o Indonésia desde os primórdios do séc. XVI, procurando contribuir para a valorização e preservação dos vestígios históricos portugueses.

Breves da DN

6 de Maio - No auditório do Montepio Geral, em Lisboa, Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, com a presença do 2º secretário da DN, acompanhado do conselheiro nacional António Capela;

9 de Maio - cerimónia, junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém, da Associação dos Prisioneiros de Guerra da Índia e de Timor, com a presença dos presidente e 1º secretário da DN;

13 de Maio - reunião, na Sede Nacional, com a delegação da Barrierifrei, de Hamburgo;

20 de Maio - sessão de abertura da campanha Pirlampo Mágico, no Parque das Nações, com a presença dos presidente e 2º secretário da DN;

22 de Maio - comemoração do 141º aniversário da Cruz Vermelha Portuguesa, em Bragança, com a presença dos 1º vice-presidente da DN e presidente da Direcção da Delegação local.

Novos Associados

Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

Alberto Gomes Coelho
Agostinho Manuel Almeida Olival
Custódio José Saúde Alexandrino
Filipe Manuel Guerreiro Nunes
Ilda Maria Pires
Joaquim Abrantes de Almeida
José da Costa Lima
José Manuel Sifredo Rebelo Ferreira
Luís Murta Rodrigues Fagundo
Palmira dos Anjos Moreira Carrilho
Rui Rodrigues Nogueira
Virgílio Sabino Adriano



PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600/ 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610 DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vilarés, Mano Póvoas, Santa Clara Gomes, Sérgio Azougado, José Pavoeiro, Armindo Matias DIRECTOR: Sérgio Azougado REDACÇÃO: José Manuel Sande (redactor principal), Isabel Marques (jornalista-estagiária), Farinho Lopes (fotografia) - C. Profissional 6234, Maria José Almeida (secretariado) COLABORADORES HABITUAIS: Abel Fortuna, Capela Gordo, Helena Afonso, António Carreiro, José Maia, Nuno Santa Clara. CORRESPONDENTES: Leite Domingues (Açores), Domingos Seca (Bragança), João Carmona (Castelo Branco), Soles Girão (Coimbra), Manuel Branco (Évora), Anquises Carvalho (Famalicão), Nicolau Rufino (Faro), Francisco Janeiro (Lisboa), Armando Costa (Madeira), Abel Fortuna (Porto), José Faria (Setúbal), João Gonçalves (Viseu) ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara. ASSINATURAS E PUBLICIDADE: Maria José Almeida, tel. 21 751 2632. CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem/Paginação: Sónia Gomes da Silva PRÉ-IMPRESSÃO Edimpresa, Rua Calvet Magalhães, 242, Laveiras, 2770-022 Paços de Arcos, Tel.: 21 469 87 00 IMPRESSÃO: Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 Registo da Publicação no ICS: 105068/77 Depósito Legal: 99595/96 ASSINATURA ANUAL: €7,00. Tiragem deste número 9000 ex.

Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores, assim como é da responsabilidade das direcções das Delegações o conteúdo dos respectivos espaços.

TEMA LIVRE

"Trezent xcudo"



António Carreiro

O Momade era um dos cem africanos que tinham integrado a minha Companhia independente, que se encontrava agregada ao batalhão instalado em

Mocimboa da Praia, para executar toda a actividade operacional deste, dada a circunstância da única companhia operacional no local se encontrar praticamente reduzida a um pelotão que fazia a segurança avançada a uma ponte, em permanência.

O Momade integrava o nosso quarto pelotão e era homem enérgico, activo, combativo, empenhado e sempre presente. Era fácil conhecê-lo e também contar com ele em todas as situações.

Nos momentos de folga, porém, a sua energia não abrandava e era também de contar com ele metido em todos os sarilhos.

Um dia obrigou-me a uma intervenção drástica, inabitual, porquanto não o autorizara a sair, mas saiu!

No dia seguinte explicou-me, com toda a convicção e seriedade, que apenas tinha cumprido os ensinamentos correctos da caserna: - "a tropa manda desenrascar; eu desenrasquei, "arferi"!"

Era um dia bonito, uma tarde amena, quando o Momade pediu licença para entrar e falar comigo. Como habitualmente, esperara o momento propício e - já sabia - nem precisava de esperar para se sentar na cadeira à minha frente.

Perante a minha condescendência e olhar de curiosidade e sobrolho (- o que será agora?), assaltou-me imediatamente com o seu problema.

- "Mê arferi", vem pedir "trezent xcudo"
 - Trezentos escudos?
 Tal quantia à época era já elevada.
 - Sim, "mê arferi".
 - E para que "quer tu" os trezentos escudos?
 Não era sua intenção revelar o projecto que lhe animava a alma, mas precisava do dinheiro.
 - P'ra comprar rádio, "arferi".
 - Comprar rádio?
 Os rádios, à data, não alinhavam pelos preços de mercado que hoje conhecemos. Eram artigo de luxo e muito caros.
 - E quanto custa?
 - 1600 "xcudo".
 - Tanto!
 - Então só precisas de trezentos escudos?
 - Vai arranjar o resto, "arferi"?
 - Então e ainda não tens nada?
 - Não, "mê arferi"
 - Bom, Momade, então porque estás a pedir trezentos escudos?
 - Para começar a "juntar" "mê arferi". - (pasma, perplexidade)!!!
 Perante resposta tão irreal porque a quantia era bastante elevada, resolvi, mesmo assim, deixar a esperança de ajuda. Disse-lhe que lhe emprestava os trezentos escudos mas só depois de ter os outros 1300.
 Para maior espanto meu, no dia seguinte, de manhã, o Momade já se deliciava na caserna, fazendo a inveja dos outros, com a música do seu rádio.
 Penso que interiorizou espectacularmente a máxima "tropa manda desenrascar"!

OPINIÃO

Prisioneiros de Guerra



Nuno Santa Clara

As imagens que correm o Mundo, mostrando os tratamentos degradantes infligidos a prisioneiros iraquianos, não podem deixar-nos indiferentes. Porque estivemos na guerra, em situações extremas, e dela ficamos em algumas mentes imagens algo semelhantes às que agora nos entram (regressam?) às nossas vidas, com aquela incontornabilidade e eficácia a que os meios de comunicação social nos bombardeiam, também eles indiferentes aos "efeitos colaterais".

A primeira nota vai para os que ficaram prisioneiros na Índia, Guiné ou Timor, e que se viram compelidos a recordar situações que, sem serem iguais, não deixam de ter certa semelhança e como tal serem dolorosas. Ser aprisionado é apenas uma das contingências da guerra: pode-se ser ferido, morto, aprisionado, ou voltar (aparentemente) incólume. Mas estar prisioneiro é estar diminuído e, ainda que essa situação decorra apenas do cumprimento do dever, isso não impede o sentimento de humilhação e de injustiça. A guerra que travámos em África não foi asséptica; nenhuma o é, pesem embora as teorias de "zero mortos" (só de um lado) ou de "limitação de danos colaterais" (do mesmo lado), que por aí proliferam. No nosso caso, a conduta inicial das tropas foi ditada pelos massacres indiscriminados no Norte de Angola. Habilmente aproveitados pelo regime de então, as imagens desse massacres permitiram a mobilização de boa parte da opinião pública portuguesa e de justificação de alguns excessos que, aqui e ali, foram cometidos. O eclodir da guerra nas outras frentes, se bem que em moldes completamente diferentes, não alterou a retórica oficial: face

às nossas tropas estavam os "terroristas" que, como tal, estavam à margem das convenções internacionais. Restaram dois factos para recolocar a questão nos trilhos certos: a lassidão de treze anos de guerra, que obrigou a reflexões menos apaixonadas, logo mais esclarecidas, a todos os níveis; e os "brandos costumes" com que a tradição cristã e o humanismo greco-romano nos moldaram; aliás, mesmo a vivência árabe na Península foi de tolerância, longe dos fundamentalismos actuais. Restaram aquelas franjas que sempre surgem, em qualquer regime, desde que a conjuntura crie uma situação de irresponsabilidade. A imaginação dos executantes entregues a si mesmos tende a ultrapassar as melhores aspirações dos chefes. Basta lembrar que nunca houve nenhuma ordem escrita de Hitler para matar todos os judeus. O caso da prisão de Abu Ghraib não surge por acaso, tal como um avião não cai por uma única causa. Várias circunstâncias concorreram para o desastre final, sem que, apontadas uma a uma, por si só justifiquem a tragédia. Houve primeiro o Afeganistão e o desenvolvimento de uma "técnica" de interrogatórios; depois a prisão de Guantanamo (sempre fora dos EUA), e o véu de secretismo que a rodeia, já denunciado pela Amnistia Internacional; agora o Iraque... Os rumores de "irregularidades" foram sendo abafados; diferentes escalões hierárquicos preferiram ignorar; os guardas ficaram aparentemente entregues a si mesmos; e um dia "a casa foi abaixo". Como foi possível? Ninguém duvida que o comportamento daqueles militares está frontalmente contra as leis americanas e os seus códigos militares. Dificilmente o americano médio se revê na imagem daqueles soldados, nem mesmo na da figura daquela quase angelical adoles-

cente, cujo comportamento não fica muito atrás de um Kapo das SS. Mas o recurso admitido a "técnicos de interrogatório" civis, cujos bons conselhos no sentido de "amaciar" os prisioneiros foram sendo seguidos pelos militares, permite-nos pensar que não se trata de obra do acaso. Sintomaticamente, o primeiro militar a responder foi o que tirou as fotos; ou seja, numa óptica perversa, o culpado de tudo. Curiosamente, ainda ninguém processou os "técnicos de interrogatório" civis, que não estando sujeitos à lei militar, decerto escaparão discretamente para áreas cinzentas das agências oficiais onde saíram. A menos que se trate de mais uma vitória do neo-liberalismo, e se tenha dado mais um passo para a privatização da guerra, entregando as informações ao sector privado, como se faz já com a logística. Mas como recuperar a imagem de uma América moralista, que se reclama implantar por toda a parte a Democracia e os Direitos Humanos, nomeadamente no Iraque ex-Saddam? Ainda por cima, utilizando a mesma prisão de sinistra memória! Se a guerra dá azo a transparecerem os mais nobres sentimentos, também liberta os mais baixos instintos - sobretudo nas retaguardas seguras. A posição proposta pela ADFa e assumida pela FMAC sobre o Iraque foi já difundida, e baseia-se exactamente no reconhecimento desse facto, e não num pacifismo heróico ou romântico. Se a evolução da situação no Iraque vier a comprometer irremediavelmente a solução por nós preconizada (intervenção no âmbito da ONU) restamos a consolação de que tal teria sido possível, não fora a arrogância de uns e a inépcia de outros. E não adianta encontrar uns quantos bodes expiatórios, normalmente executantes de baixo escalão: os pecados têm de ser carregados por quem os cometeu.

EDITORIAL



Passadas as comemorações do nosso 30.º aniversário, impõe-se a reflexão do que se viveu e o retirar de ilações de tudo o que resta do mero ambiente de festa.

Vistas as coisas pelo lado absoluto, o reconhecimento, externo e interno, da forma muito positiva como a ADFa se colocou e impôs na sociedade portuguesa, é por demais evidente.

A presença na Sessão Solene do Comandante Supremo das Forças Armadas, de todos os seus mais altos chefes, do secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, do presidente da Comissão Parlamentar de Defesa e de representantes da quase totalidade dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, para além de tantas outras individualidades e de dirigentes de associações congéneres das áreas militar e da deficiência, foi o reconhecimento à afirmação de credibilidade e verticalidade que granjeámos nesta caminhada de 30 anos.

Quanto aos associados a sua resposta foi iniludível, quer pelo seu número, cerca de milhar e meio no encontro de Rio Maior, quer pelo desejo aí manifesto da continuidade da coesão e força da ADFa, sentimento reforçado pela falta de anúncio de resolução de justas expectativas criadas aos deficientes militares.

À luz das realidades que as comemorações dos 30 anos evidenciaram, urge que rapidamente erradiquemos as querelas estereis e inúteis que nos estão a corroer e a dividir, ou o amanhã não passará de palavras ocas e mãos vazias! Impõe-se, por isso, uma muito profunda análise e reflexão associativa que, feita a clarificação da situação do momento e num quadro de serenidade, alcançada ao preço que as circunstâncias exijam, devolva à ADFa o fôlego e vento de feição para que, na direcção certa, ela dê o golpe de asa que nos transporte com firmeza e segurança no trilho de um novo futuro.

A Direcção Nacional

VISITE O NOSSO

MUSEU DA GUERRA COLONIAL

EM VILA NOVA DE FAMALICÃO



VII encontro desportivo para deficientes

A Delegação de Lisboa realizou no passado dia 22/05/04, na sua Sede, o VII Encontro Desportivo para Deficientes (o 3º organizado pela Delegação), tendo decorrido o mesmo com dinamismo e alegria por todos os participantes.

Estiveram presentes as seguintes Instituições:

1. AJOV; 2. APD (Amadora); 3. APD (Rato); 4. APPACDM; 5. APPC (Núcleo Regional do Sul); 6. APPDA; 7. Associação Nacional de Afásicos; 8. Associados da ADFA; 9. Bom-beiros Voluntários Lisbonenses; 10. Desportivo da Graça; 11. Grupo Desportivo Murtalense; 12. Deficientes Individuais

A efectivação destes Encontros Desportivos inseridos no programa de Desporto e Lazer da Delegação de Lisboa, não tem por base a competição mas sim o salutar convívio entre pessoas que por uma ou outra razão ficaram diminuídas fisicamente.

Uma Associação cumprirá melhor os seus objectivos fulcrais, se conseguir mobilizar os seus associados nas várias vertentes da vida quotidiana.

Núcleos Torres Vedras

O Núcleo de Torres Vedras situado na Rua da Olivença, nº 4 - R/c Dto. em Torres Vedras, encontra-se em funcionamento no seguinte horário:
Segunda-feira - 10H00 - 12H00
Terça-feira - 21H30 - 22H30
Quarta-feira - 10H00 - 11H00
Quinta-feira - 14H00 - 15H00
Sexta-feira - 11H00 - 12H00
Podes contactar o Núcleo através do tel.: nº 91 7721019.

Sintra

O Núcleo de Sintra da Delegação de Lisboa da ADFA promoveu nas Escolas Secundárias do Concelho de

Depois do almoço servido no Self-Service da Associação decorreram as finais das diversas provas, bem como a prova de remo adaptado, tão do agrado de todos.

No final da tarde, foi feita a entrega de prémios aos melhores classificados nas modalidades constantes do programa (Remo adaptado, Ténis de Mesa, Sueca e Snooker) e distribuídas medalhas e lembranças a todos os participantes.

Classificações

Sueca

- 1º Hélder Bruno e Eduardo Martins (APPC)
2º Aldina Parreira e João Parreira (Afásicos)
3º Carlos Cipriano e Carlos Alves (APD Amad. e Bom.Lisb.)
4º Marco Ferreira e Vítor Rodrigues (APPC)

Ténis de Mesa

- 1º Daniel Rosário (APD Lisboa)
2º Mata da Silva (ADFA)
3º Carlos Dias (Murtalense)
4º João Martins (APD Lisboa)

Sintra oito Colóquios nos meses de Março, Abril e Maio do corrente ano, onde foram tratados os seguintes temas: - O nosso passado histórico; - Do 25 de Abril de 1974 ao 25 de Abril de 2004; - A geração da Guerra Colonial à plena participação cívica

Houve uma participação muito activa dos alunos do 9º Ano até ao 12º Ano, assim como dos professores.

A comunicação social do Concelho de Sintra deu o respectivo relevo a este evento, nomeadamente o "Jornal de Sintra" e o "Jornal o Correio".

Peniche

O Núcleo de Peniche da Delegação de Lisboa da ADFA vai

Snooker

- 1º Fernando Carvalho (ADFA)
2º Bruno Brito (APPC)
3º Jerónimo Fernandes (APPC)
4º Raul Pinto (Afásicos)

Remo Adaptado - Prémio ADFA

Teresa João (Afásicos)

Masculino Banco Fixo:

Carlos Cipriano (APD Amadora)

Masculino Banco Móvel:

- 1º Amílcar Mahala (APPDA)
2º Paulo Gomes (APPC)
3º Valdemar Monteiro (ADFA)

Feminino Móvel

Carla Ferreira (APPC)

Apoios

Águas do Vimeiro, Lda
Bombeiros Voluntários Lisbonenses
Caixa Geral de Depósitos
Câmara Municipal de Lisboa
C.P. Marketing e Imagem
Junta de Freguesia de Marvila
SUMOL-Gestão de Marcas SA

realizar o seu tradicional Concurso de Pesca, no dia 10 de Junho de 2004. Às 07H30, concentração no Porto de Pesca de Peniche. Às 13H00, há sardinhada e febras no Núcleo de Peniche, sito no Largo do Mercado Municipal - Edifício S. Pedro, Loja 6 - Bloco 6, em Peniche, onde estarão também os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa.

Inscreve-te, contacta o Presidente do Núcleo, Sr. Horácio Anacleto da Luz, Tlm: 96 6092504.

**VEM DEMONSTRAR
QUE A ADFA
ESTÁ VIVA.
PARTICIPA.**

Passeios

A Delegação de Lisboa informa todos os Associados, que ainda se encontram abertas as inscrições para o Passeio de 4 dias a Santiago da Compostela de 24 a 27 de Junho de 2004 (210 euros em quarto duplo) e também para o Cruzeiro de 2 dias no Douro a realizar em 11 e 12 de Setembro de 2004 (165 euros quarto duplo).

Inscreve-te já! Para qualquer informação contactar: Henrique Dore, D.ª Conceição ou D.ª Emília. Telefone 21 751 2600

Reunião de associados

A Delegação de Lisboa vai realizar a reunião de associados mensal no dia 04 de Junho de 2004 (sexta-feira), pelas 18H00, na Sede da ADFA: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA.

Comparece e participa.

No final podés Jantar.

Encontro associativo

A Direcção da Delegação de Lisboa, convoca todos os associados da Delegação para um ENCONTRO ASSOCIATIVO, a realizar no dia 11 de Outubro de 2002, pelas 18h00, no Edifício da Sede.

Este ENCONTRO é seguido de um jantar (5,00 euros - refeição), no Restaurante da ADFA.

Só com a presença de todos e a sua participação activa nos temas que propomos, podemos em conjunto aprofundar a razão da justiça que reivindicamos, dando simultaneamente aos Órgãos Nacionais da ADFA, o estímulo de que necessitam para nas várias frentes reivindicativas da ADFA, não vacilem perante "Labirintos do Poder", que teimosamente continuam a esquecer aqueles que esperam, já em desespero, pelas reparações morais e materiais que lhes são devidas, pelas deficiências e doenças adquiridas no serviço militar.

Informação...

Ao abrigo da Lei da imprensa e do direito de resposta ao artigo de opinião, inserido no "ELO" nº 341, subscrito pelo associado João Gonçalves, em nome da Direcção da Delegação de Viseu, os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa informam o seguinte:

1- O autor do artigo, em nome da Direcção da Delegação de Viseu, permite-se fazer juízos de valor de uma decisão aprovada por um órgão soberano, no caso em apreço, que é a Assembleia Geral da Delegação de Lisboa. Parece que o associado ficou muito incomodado o que, aliás, muito nos lisonjeia.

2- Pela forma intencional e desfoçada como são feitos esses juízos de valor, o associado em causa protagoniza uma inqualificável intromis-

► continua na página seguinte

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupas Interiores

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

De Famalicão (19/05/02) ao 30º Aniversário da ADFA (14/05/04) com o Sr. Ministro da Defesa Nacional

A forma tonitruante e arrebatadora na defesa de valores pátrios com que o Sr. Ministro Paulo Portas se apresentou ao País, no início do seu mandato, gerou um clima de esperança entre os estropiados da guerra do Ultramar, cansados, até então, de tanta passividade e hipocrisia, na resolução dos seus problemas, por parte de quem parece apostar na morte para os expungir.

O discurso do Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, proferido em Famalicão, já lá vão dois longos anos, parecia querer encorajar e vencer-nos, com firmeza, de que iria honrar a história porque não esqueceria os que deram o corpo e a vida pela pátria na guerra do Ultramar. De então até ao dia do nosso 30º Aniversário, mais 192 dos nossos queridos Deficientes partiram e deixaram o nosso convívio, «esquecidos», sem verem cumpridas as promessas feitas.

Em Rio Maior foi-nos lida uma comunicação do Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, explicando que

«razões institucionais» o impediram de honrar com a sua presença o nosso tão importante e simbólico 30º Aniversário. Aceitamos! Os 1500 sócios «desta credível, fiável e forte Associação» ao ouvirem aquela comunicação que se sintoniza, em esperança, com o discurso de há dois anos em Famalicão, registam com apreço e inabalável fé «que a particular preocupação deste Governo com os Antigos Combatentes e com os Deficientes das Forças Armadas nunca se pretendeu esgotar em palavras».

Em relação à aplicação da Lei da contagem do tempo de combate – Lei 9/2002, a maioria dos Deficientes das Forças Armadas, nas frequentes discussões que ocorrem entre si, não se dispensam de afirmar que, sendo considerados os mais LÍDIMOS representantes de todos os ex-combatentes, não entendem que sejam contemplados centenas de milhares de camaradas seus que podem providenciar pelo pão nosso de cada dia por terem escapado ilesos, ANTES de terem sido resolvidos na totalidade as centenas

de casos de Combatentes Deficientes que por tal vivem na miséria uma vez que estão incapacitados de angariarem meios de subsistência.

Mais, destes Combatentes Deficientes; dois deles estão alojados no albergue de mendicidade de Lisboa (o Lar Militar continua cheio de sinistrados das guerras da estrada, clientes das C.ªS Seguradoras e a negar a entrada aos deficientes da guerra do Ultramar que estatutariamente deveriam ser os seus legítimos e únicos utentes) aguardando o andamento dos seus Processos e os restantes são triturados por uma burocracia que impiedosamente lhes protela a resolução dos seus casos por lapsos de tempo que vão de 5 a 8 anos.

É certo e seguro que podemos e devemos confiar no Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, pois, acreditamos que lhe corre nas veias o sangue de Sacadura Cabral. Releia-se o seu discurso de Famalicão e a sua comunicação para Rio Maior e avaliar-se-à a improbabilidade de que ele

venha a manchar o heróico nome de família.

Estamos certos e seguros de que se o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, ler este documento, o Marolino e o Emílio Cunha deixarão imediatamente o albergue da mendicidade, pois está em causa a dignidade da nossa Associação e, por arrastamento, o das Forças Armadas.

Mais, estamos certos e seguros de que se o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional nos ler, ninguém melhor que ele para interpretar os desígnios do Poeta: «A Pátria Honrai que a Pátria vos contempla». Os Deficientes com Processos a correr, só terão que ter a paciência de esperar até ao final deste mandato, em conformidade com o que SEXA disse em Famalicão: «Garanto-vos que a situação dos ex-combatentes e dos deficientes militares será bem melhor no final deste mandato». Não há que desesperar mas apenas ter fé em Deus e no Sr. Ministro.

30.º aniversário da ADFA

Visita de Sua Excelência o Presidente da República e a nossa 3.ª idade

Sua Ex.ª o Presidente da República, no seu discurso sobre o 30.º aniversário da ADFA, revelou uma clara e cristalina visão dos nossos actuais problemas e, em estilo lapidar, que ninguém de boa fé poderá ignorar, em especial os governantes, afirmou:

«O diálogo dos governos com esta Associação deve ser uma constante, pois só ele permite um acompanhamento de proximidade com uma realidade tão complexa como esta. Desse diálogo devem, necessariamente, decorrer, em tempo útil, as alterações legislativas que se julguem oportunas e necessárias.»

Temos de ter todos consciência de que a comemoração dos 30 anos de vida desta Associação representa também, que o essencial dos seus associados começa a entrar, ou se encontra já, na chamada 3.ª idade.

Esquecemo-nos, por vezes, do passar vertiginoso do tempo e do que ele representa na alteração concreta das condições de vida das pessoas. Esta

realidade confronta-nos com novos problemas a que temos de dar respostas urgentes que garantam condições de dignidade quotidiana a todos eles, a quem a vida já impôs um fardo tão difícil de suportar.»

Porque se revela de importância capital para a nossa vida Associativa e de acordo com os nossos princípios e fins estatutários, as palavras de Sua Excelência vieram demonstrar a nossa razão e a pertinência das nossas reivindicações. A política reivindicativa e associativa seguida pela Delegação de Lisboa, em todos os esforços que tem levado a cabo, não poderia encontrar melhor acolhimento do que o pensamento expresso naquelas palavras que nos dão redobrada coragem para o futuro.

No que se refere à 3.ª idade, e perante a sensibilidade que o Sr. Presidente da República demonstrou a tal problema, urge dar-lhe conhecimento de uma perversão contra a qual nos temos batido, ingloriamente, por forma a que ela seja

banida e não fira mais a moral, a dignidade e o sofrimento dos nossos grandes deficientes: - junto às nossas instalações existe um Lar Militar, servido por pessoal militar especializado para lidar com grandes deficientes, que recebe um subsídio anual de 100.000 contos do Ministério da Defesa Nacional e se encontra, vá-se lá saber porquê... ao serviço das grandes Companhias Seguradoras com os sinistrados dos acidentes automóvel.

Que fazer para vermos corrigida uma situação que não será do agrado dos contribuintes, se lhes for dado a conhecer este absurdo, que não credibilizará nem dignificará as instituições que dele imoralmente beneficiam?!

Bem Haja Sr. Presidente porque as suas palavras nos mostram que os nossos cuidados e actuação, apontam no sentido certo e nos encorajam quanto ao cumprimento das obrigações para desviarmos de soluções de miséria e indignidade a nossa 3.ª idade, já atingida por muitos de nós e no limiar da qual se encontra a maioria.

► continuação da página 4

são na vida associativa da Delegação de Lisboa e desacata, grosseiramente, uma decisão aprovada por uma Assembleia Geral.

3- De resto, já não é a primeira vez que este associado, com as suas condutas anti-associativas, põe em causa a vida associativa e democrática da nossa Associação. Lembramos que este associado, aquando do último Acto Eleitoral para os Órgãos Nacionais, se permitiu fazer campanha a favor de uma lista concorrente para o Conselho Nacional, sem que para isso lhe assista qualquer legitimidade.

4- De facto, os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa, têm grandes dúvidas, sobre a inocência e transparência, quer do conteúdo do artigo, quer pelo "desinteressado" destaque informativo que os responsáveis do ELO lhe imprimiram. Perante tais factos as dúvidas persistem ao poder deduzir-se que o autor

do artigo não está só, nesta acção planeada de desinformação associativa.

5- Aparentemente, só aparentemente, parece ser um artigo de opinião, que até seria de aceitar, de acordo com a liberdade de expressão, se houvesse competência para saber escrevê-lo com elevação. Só que o mesmo foi escrito, com premeditação, para atingir fins que em nada dignificam a ADFA.

6- Tais dúvidas são legítimas porquanto o artigo em causa pretende, tão só, lançar a confusão e a dúvida, e induzir em erro todos os associados que, por falta de informação, (que a DN através do ELO está obrigada a fornecer), ainda não se aperceberam da gravidade que está por detrás de "tanto empenho" na feitura do Estatuto do Deficiente Militar sem que os associados se pronunciem sobre como e em que condições o mesmo deve ser feito.

7- Por isso, estranham os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa que se lance mão a uma forma aparentemente legal para, desse modo (conteúdo do artigo) se desinformar os associados em vez de, como é dever do Jornal ELO, os motivar a participarem activamente na discussão de todos os projectos associativos que, afinal, podem vir a protagonizar nossa vida futura como deficientes.

8- A Delegação de Lisboa nunca será cúmplice neste mergulhar de trevas. Há associados, alguns com responsabilidade associativa, que não querem mudanças de mentalidades. A Delegação de Lisboa quer essas mudanças, porque são necessárias à continuidade da ADFA, onde os Associados sejam verdadeiros participantes da vida associativa. Esta é a nossa grande diferença.

9- É perante este estado de coisas em que a ADFA se encontra, que os

Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa solicitaram ao Presidente da MAGN, mesmo que esteja há pouco tempo no exercício dessa função, o seguinte:

a) A Delegação de Lisboa está preocupada com a situação obsoleta da ADFA, onde não há projectos nem ideias, nomeadamente, para a nossa 3ª Idade, sobretudo para os DFA/Praças, para o Lar Militar, para alteração do Dec-Lei nº 134/97, pela não revogação do nosso Dec-Lei 43/76, pelos associados em serviço, Etc., Etc.. Por isso, os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa sugerem ao Presidente da Mesa que, nessa qualidade, tome iniciativas para que seja devolvida à ADFA a vida associativa, participada e democrática que a dignifique.

Os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa

Passeios

Cruzeiro no Rio Douro

Realiza-se nos dias 10 e 11 de Junho

Viagem ao Brasil

Realiza-se de 16 a 25 de Agosto, Rio de Janeiro - Petrópolis - Ilhas Tropicais - Búzios.

Núcleo de Chaves

As instalações do Núcleo de Chaves, recentemente cedidas pela Câmara Municipal, situam-se: Rua Dr. Morais Sarmiento, Edifício Raposeira, Bl. 6 - R/C - Chaves - Telefone/fax: 276334017.

O Núcleo encontra-se aberto às quartas-feiras e sábados de manhã (das 09H00 às 12H00), para tratar de questões apresentadas pelos associados.

A Comissão Instaladora, eleita em plenário de associados, tem a seguinte constituição: O Presidente - Associado nº 1508 - Joaquim Guerreiro Guerra - Secretário - Associado nº 6760 - Hélder Peon de Sá - Tesoureiro - Associado nº 5200 - Manuel de Jesus Moreira - 1º Suplente - Associado nº 10784 - Agostinho José de Oliveira.

Está concretizada uma antiga aspiração dos associados do Alto Tâmega, conseguida graças ao trabalho empenhado da Comissão Instaladora, especialmente do associado Manuel Silva e da Autarquia Local.

Núcleo da Feira

Encontra-se em fase de finalização o inquérito que a Delegação do Porto está a efectuar, com o apoio da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, aos deficientes militares do Concelho.

No final deste trabalho será elaborado um relatório em que será conhecida a sua situação social,

Açores

Medalhas comemorativas

Informam-se os possíveis interessados que a medalha comemorativa da inauguração da Sede da delegação dos Açores, em 8 de Novembro de 2003, pode ser adquirida pelo preço de 15 euros, devendo os pedidos serem feitos para Rua Ernesto do Canto 22, 9500-312 Ponta Delgada, pelo telefone/fax 296282221, pelo telemóvel 964100627 ou através de info@adfa-açores.rcts.pt.

Bragança

29º aniversário da Delegação

A delegação vai comemorar o seu aniversário no dia 27 de Junho próximo, Domingo, com o seguinte programa:

- 10 horas - concentração no Parque Municipal (junto à Delegação escolar) e onde se podem estacionar as viaturas, sendo que a partir desse local todo o percurso será feito a pé;

- 11 horas - visita ao Centro Cultural de Vimioso;

- 12 horas - missa pelos deficientes militares falecidos, na Igreja Matriz de Vimioso;

- 13,30 horas - almoço/convívio no restaurante Vileira (situado a seguir à primeira rotunda à direita na entrada em Vimioso para quem vai de Bragança);



Inscrições
no Serviço de
Atendimento:
228347201,
até ao dia 30 de Junho.



económica e profissional, o qual servirá de reflexão e estudo para a implementação de medidas mais eficazes no domínio da acção associativa.

É de salientar o espírito de colaboração de alguns associados que se têm disponibilizado em acompanhar o técnico na visita à residência dos deficientes militares.

Pretende-se que este inquérito seja alargado a todos os deficientes militares da área geográfica da Delegação para que se conheça, com objectividade e realismo, a situação em que os mesmos vivem.

De novo Rio Maior

Muitos associados se recordam do episódio ocorrido em Rio Maior, em Setembro de 1975, quando se deslocavam para a Assembleia Geral, que acabou por desembocar no que é designado por "Luta" e que está directamente relacionado com o processo reivindicativo que esteve na origem da publicação do Decreto Lei 43/76.

Também eram vários os autocarros que transportavam associados empenhados na defesa de direitos legítimos e que se viram envolvidos, sem motivos aparentes e apenas justificados pela situação política que então no país vivia a população de Rio Maior, em cenas caricatas e equívocas.

Quase 30 anos depois os associados da Delegação do Porto voltaram de novo a Rio Maior, numa man-

Reunião mensal

5 de Junho

- Reunião às 10H30, em Santo Tirso, no edifício da Câmara Municipal, destinada aos associados da área.

- Reunião às 15H00, na Delegação do Porto.

Tema do mês: "Clarificação dos conceitos de Campanha e de risco agravado equiparado a Campanha".

12 de Junho

- Reunião às 14H30, em Viana do Castelo, no Salão da Junta de Freguesia da Meadela, destinada aos associados da área.

23 de Junho

- Convívio de São João, na Sede da Delegação.

26 de Junho

- Encontro de associados dos concelhos de Paredes/Paços de Ferreira. Programa a divulgar oportunamente.

03 de Julho

- Reunião às 15H00 na Delegação do Porto

ifestação empenhada de grande participação associativa, também na defesa de um projecto associativo que não esquece os valores e os ideais que estão na base da criação da nossa Associação.

Treze autocarros e algumas viaturas particulares, que partiram de todos os locais da área geográfica da Delegação, transportaram muitas centenas de associados e familiares a Rio Maior e deram



uma prova inequívoca de que a ADFA está viva e de que os seus associados estão disponíveis para enfrentar os desafios e as lutas pela obtenção dos seus direitos justos e legítimos.

Se em Setembro de 1975 a localidade de Rio Maior tinha sido marcante, em 15 de Maio de 2004 fica assinalada por uma grande jornada associativa.

Castelo Branco

Almoço/convívio - sardinhada

Com a entrada do Verão o tempo é de lazer, e assim sendo a Direcção da Delegação decidiu realizar um convívio com todos os associados e suas famílias: **quando?** - em 10 de Julho, sábado, claro; **onde?** - no sítio de Santa Apolónia, em Alcains; **quanto?** - 7,50 euros por pessoa (excepto crianças); **o quê?** - sardinha assada, porco no espeto, caldo verde e sobremesas (mais aquelas que quiserem levar). Inscrições até ao dia 30 de Junho para sede da Delegação.

Colóquios

No âmbito do plano de actividades da Delegação realizaram-se os colóquios com os temas "30 Anos Depois - 25 de Abril de 1974 a 25 de Abril de 2004" e "Da geração da Guerra Colonial à plena participação cívica". Assim na semana de 19 a 23 Abril o nosso associado coronel Lopes Dias e o Presidente da Direcção andaram pelas

estradas do Distrito de Castelo Branco desde Vila de Rei até Belmonte. Nesta semana o nome da ADFA foi grande e centenas de alunos ouviram falar de um assunto que só conheciam através dos livros de História de Portugal. Foi uma experiência marcante pois até não é muito comum a realização destes eventos nas escolas do interior. Assim alunos e professores tiveram ocasião de ouvir na primeira pessoa aquilo que foi a guerra colonial, com os seus momentos mais negros e pesados e os relatos daquilo que de positivo se pode colher em ambientes tão extremados. Os oradores ressaltaram de uma forma clara o papel que a ADFA desempenhou na defesa dos seus direitos e na sua reabilitação como pessoas. Os jornais e as rádios locais fizeram uma cobertura exaustiva desta semana cheia de actividades. Nos relatórios enviados para a Delegação todos são unânimes em referir o grande contributo que demos para a formação cívica dos alunos.

Madeira

Comemorações regionais do 30º aniversário

Chama-se a atenção dos associados da Região para que a data do almoço foi alterada, para o dia 19 de Junho, sábado, ainda no restaurante "A encumeada", sendo o valor a pagar por pessoa de 15 euros.

Contactar a delegação para inscrições, até o dia 16 de Junho, pelo telefone 291765171 ou pelo telemóvel 969963517.

Famalicão

Serviços

- o restaurante "Coberto Velho", em Vila Joane, com espaço para banquetes e capacidade para 200/250 pessoas, acordou com a delegação um desconto de 10% aos associados, em todos os seus serviços, mediante apresentação de cartão com quota em dia.

A Direcção esclarece e informa:

1. No rescaldo da Assembleia Geral Nacional Ordinária de 17 de Abril findo, têm vindo a ser tomadas posições e difundidas comunicados que quer pelo seu teor, quer pelo seu número, não podem deixar de merecer a atenção da DN, que não pode abdicar do dever e do direito de procurar esclarecer os associados.

2. A agitação associativa - que todos temos de reconhecer existir -

tem raízes profundas nos muitos problemas, alguns velhos de trinta anos, que sucessivos Governos teimam em não resolver, ou por vezes mesmo nem sequer reconhecer. A ausência do MDN nas comemorações do nosso trigésimo aniversário, bem como a mensagem generalista que nos enviou, não contribuiu para serenar os associados, que aguardavam algo de mais concreto e substancial.

3. A DN entende reafirmar que não abdica das reivindicações que tem vindo a apresentar, boa parte delas recebidas de Direcções anteriores, e que o Poder entende protelar, talvez até à extinção biológica dos deficientes resultantes da Guerra Colonial.

4. Nesta linha de acção, a deliberação sobre a questão do DL 134/97, aprovada em 17 de Abril pela Assembleia Geral Nacional, no

exercício das suas competências, e transcrita num documento da MAGN dirigido à DN (1.ª pág.), foi transmitida a Sua Excelência o Presidente da República e ao Ministro da Defesa Nacional pelo ofício que se publica (doc. 1), e que foi acompanhado pelo documento "Estratégia Legislativa de curto e médio prazo", de 11 de Março, também aqui publicado (doc. 2).

OFÍCIO (DOC. 1)

Em cumprimento de uma deliberação da Assembleia Geral Nacional da Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA, tomada na sua reunião ordinária de 17 de Abril findo, tenho a honra de remeter a Vossa Excelência as linhas de força do documento então aprovado, e que se encontram expressas no resumo dele efectuado pela Mesa da Assembleia Geral Nacional da ADFA.

Esta Direcção Nacional não pode porém, para melhor esclarecimento, deixar de explicitar o seguinte:

1. O decreto-lei n.º 134/97, de 31 de Maio, pretendeu regulamentar a parte final do Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 563/96, publicado no Diário da República n.º 114, I Série-A, 16 de Maio, que se pronunciou sobre a inconstitucionalidade da alínea a) do n.º 7 da Portaria 162/76, de 24 de Março;

2. Este último diploma impedia o reingresso nas fileiras, na situação de activo, aos Deficientes das Forças Armadas que o já tinham feito, ou podido fazer, no abrigo da legislação anterior à produção de efeitos do decreto-lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro (1 de Setembro de 1975);

3. Ora, e embora a partir da entrada em vigor do decreto-lei n.º 210/73, de 9 Maio, o direito em apreço se tenha estendido, além dos deficientes militares dos Quadros Permanentes, aos do Quadro de Complemento e aos cabos dos Quadros de Praças, os soldados não usufruíam daquela prerrogativa de reabilitação, que poderia ter constituído a sua continuidade ou reingresso no seio das Forças Armadas;

4. Com a publicação do citado decreto-lei n.º 43/76 e em termos de igualdade, o direito de ingresso no activo é permitido a todos os DFA, sem restrição de classes ou postos, mas só para aqueles que viessem a ser reconhecidos como tal, a partir da sua entrada em vigor, ou que, por via de nova Junta Militar, vissem alterada a sua incapacidade anteriormente atribuída, e com o mesmo conteúdo do direito anteriormente consagrado (n.º 6 da portaria 162/76);

5. O mal estar, então provocado, motivou diligências de alguns militares DFA dos Quadros Permanentes (dito "movimento dos capitães-coronéis"), que lograram a pronúncia do aludido Acórdão do Tribunal Constitucional;

6. O mencionado decreto-lei n.º 134/97, porém, só aplicou, genericamente, a progressão nas carreiras a militares dos Quadros Permanentes, que tinham abandonado as fileiras antes de 1 de Setembro de 1975, o que configura o seguinte quadro da injustiça reclamada, por deixar fora do seu âmbito:

6.1. Os militares dos Quadros Permanentes que seguiram normalmente as suas carreiras;

6.2. Os milicianos que optaram pelo ingresso nos QP depois de 1975, tendo ascendido até aos postos cuja promoção, dependendo inteiramente de escolha, lhes foi por via de regra negada, e que viram agora oficiais e sargentos, e até praças da Marinha,

fora das fileiras há mais de 20 anos, serem promovidos administrativamente aos postos de coronel e sargento-mor, com percepção de pensão pelo novo posto ao serem refeitas as respectivas "carreiras";

6.3. Acresce que os militares que continuaram ou optaram pelo serviço activo, referidos em 6.1 e 6.2, se viram obrigados a fazer descontos para a CGA, de forma absurda, porquanto tinham já direito à pensão por inteiro como DFA; com a publicação do DL 134/97, ficaram duplamente prejudicados, uma vez que, ao contrário dos outros, não poderão beneficiar dos descontos que fizeram no período que veio a relevar para aqueles;

6.4. Todos os ex-militares do então Serviço Militar Obrigatório (oficiais, sargentos e praças), sem qualquer tipo de excepção, mas com especial relevância para as praças, às quais não foram criadas condições para o ingresso e progressão nas carreiras;

7. É demasiadamente óbvio e claro que a reivindicação da ADFA se situa no plano de todos os afastados da progressão de carreiras que consigna o decreto-lei n.º 134/97, sem exclusão de qualquer dos militares e ex-militares referidos nos pontos 6.1, 6.2 e 6.4;

8. Porém, tem sido entendimento de Governos sucessivos que a ampliação do âmbito de aplicação daquele injusto decreto só seria extensível àqueles que poderiam exercer o direito de opção antes de 1975, aos quais aproveitaria o seu conteúdo, na aplicação "stricto sensu" da inconstitucionalidade da alínea a) do n.º 7 da referida Portaria 162/76, o que, do ponto de vista jurídico e no plano da igualdade, também não é uma interpretação consentânea com as normas vigentes;

9. A ADFA, de forma veemente e inequívoca, vem-se opondo a esta solução, que retiraria aquele direito a todos os ex-soldados, que constituem a massa dos seus associados, conforme constituíram a massa dos combatentes, para além de todos os militares e ex-militares dos Quadros Permanentes e do SMO, que tenham sido reconhecidos como DFA depois de 1 de Setembro de 1975;

10. Sendo a igualdade dos cidadãos perante a Lei um dos pilares da Democracia e fundamento de um Estado de Direito, e razão invocada para a declaração da inconstitucionalidade reconhecida no Acórdão referido em 1. acima, decerto compreenderá V. Ex.ª a razão da nossa posição;

11. Acresce a esta já antiga orientação a aprovação, em Assembleia Geral Nacional da ADFA, realizada em 17 de Abril último, de uma proposta cuja conclusão se junta, dando cumprimento, tanto às nossas obrigações estatutárias, como ao sentir dos nossos associados, manifestado na Assembleia. Aliás, esta proposta surgiu na sequência de um documento de iniciativa da Direcção Nacional da ADFA "Estratégia Legislativa de Curto e Médio Prazo", aprovada por maioria, e que igualmente é referido no documento anexo, de que se junta cópia.

Lisboa, 12 de Maio de 2004

ESTRATÉGIA LEGISLATIVA DE CURTO E MÉDIO PRAZO (DOC. 2)

Após trinta anos do início da saga associativa que empreendemos a 14 de Maio de 1974, é tempo de parar um pouco, reflectir e repensar o futuro.

Como Organização não Governamental, que sínteses podemos fazer e que marcas pretendemos deixar para os nossos vindouros?

Que conquistas claras conseguimos nestes trinta anos:

- Com o DL 43/76, foram reconhecidas as reparações morais e materiais devidas aos deficientes da campanha;

- Foi igualmente consignada a actualização automática das pensões que lhes são devidas, por força do art.º 12.º daquele DL;

- Aceitámos o princípio de diferenciação, nas reparações, dos acidentes e ou doenças ocorridas em campanha, das decorridas do serviço;

- Obtivemos para todos os deficientes militares e suas famílias assistência médica através da ADM;

- Conquistámos para os grandes deficientes em serviço (GDFA), legislação muito favorável, que os aproximou, em direitos, aos da campanha;

- Conseguimos a publicação do DL dos GDSEN com incapacidade igual ou superior a 80%, que retirou do antigo anexo do HMP, grandes deficientes motores que ali permaneciam desde o princípio da guerra colonial;

- A assistência médica, protésica e fornecimento de ajudas técnicas foi consagrada como direito universal de todos os deficientes militares, não se verificando quaisquer constrangimentos nestes fornecimentos, apesar da crise conjuntural que o nosso país atravessa, com realce na área das Forças Armadas;

- A questão do stress de guerra foi assumida como uma das graves consequência dos traumas do combate.

Que estratégia a seguir:

- 1. Considerar os direitos e princípios adquiridos como conquistas inalienáveis do nosso trabalho de trinta anos;

- 2. eliminado por decisão da AGNO -

- 3. Reivindicar a atribuição do último "escalão", na escala indiciária de cada posto, por se considerar que tal matéria faz parte da letra e do espírito do DL 43/76, que manda no seu art.º 9.º proceder ao cálculo por inteiro das pensões e abonos dos DFA;

- 4. Reivindicar, de uma vez por todas, a definição dos conceitos de campanha e serviço;

- 5. Reivindicar que a rede nacional de apoio ao stress de guerra funcione, efectivamente, e que a ADFA assumam, em plenitude o papel que lhe cabe nesta matéria com base nas competências e credibilidade demonstradas há mais de 15 anos;

- 6. Reivindicar que o CCADFA retome o seu funcionamento, como estrutura de diálogo sério, realista e em que os seus integrantes assumam a solidariedade devida a todos os deficientes militares;

- 7. Repor o direito à justa reparação indiciária devida aos furriéis milicianos da guerra colonial e a reposição do subsídio de risco aos pára-quedistas.

Estatuto do deficiente militar

- Obter do poder político a vontade de que este Estatuto seja aprovado em lei, num prazo razoável, pela Assembleia da República;

- Que este documento seja elaborado não pondo em causa nenhum dos direitos já adquiridos e de que os deficientes militares usufruem;

- Considerar todos os trabalhos já elaborados pela ADFA, neste campo, como bons suportes de estudo e formulação de proposta final;

- Que o DL 43/76 seja a base do novo estatuto com as adaptações que as realidades actuais exigem;

- Atribuir aos grandes deficientes do serviço (GDFA) os mesmos direitos dos da campanha;

- Ter em atenção, em todo o trabalho, as conclusões do IV Congresso da ADFA;

- Estripar do futuro Estatuto todas as implicações negativas do DL 503/99 em relação aos deficientes militares;

- Expandir e diversificar as estruturas de apoio no internamento em lares e estruturar as modalidades de assistência na terceira idade;

- Que o estatuto do deficiente militar seja considerado, a par de outras leis enquadradoras, como o código das reparações morais e materiais devidas a todos os militares que, no passado, no presente e no futuro adquiram doenças ou deficiências de carácter permanente tanto em situações de guerra, de paz, de manutenção de ordem pública, de acções de cooperação internacional ou do mero serviço;

- Que as reparações devidas aos GDSEN sejam atribuídas a partir de incapacidade igual ou superior a 60%.

- Clarificação justa das reparações a prestar às viúvas e outros herdeiros de todos os deficientes militares;

- Para este desiderato a Direcção Nacional da ADFA deve munir-se de um assessor técnico de alto gabarito que integre uma comissão associativa de referência e reconhecimento nacionais;

- No trabalho do Estatuto do deficiente militar, como um dos grandes contributos da ADFA e síntese de uma luta séria de trinta anos forjada no sofrimento de todos nós, devemos implicar todos os meios materiais, humanos e associativos disponíveis, para que, em qualquer circunstância nos possamos orgulhar da solidariedade e seriedade que soubemos colocar nas coisas importantes que fizemos e fizermos.

- O documento final deverá ser apreciado e votado em sede de Conselho Nacional e Assembleia Geral Nacional.

ADFA, Sede Nacional, 11 de Março de 2004



Setúbal

Sardinhada

A Delegação leva a efeito, no dia 3 de Julho próximo (sábado), integrada nas comemorações do 30º aniversário da ADFA, a tradicional sardinhada, no Parque de campismo da Gambôa.

Solicita-se a todas os associados e familiares que façam a sua inscrição até ao dia 25 de Junho, através do telefone n.º 217 512 600 (Sede) e 265 229 750 (delegação), para podermos saber o número de participantes.

Pede-se aos participantes que, como é usual, se façam acompanhar de cadeiras e mesas de campismo, dada a dificuldade que temos em arranjar-las para todos.

Cruzeiro no Douro

A Delegação avisa todos os associados inscritos para este passeio, a levar a efeito já nos próximos dias 19 e 20 de Junho, que a partida tem lugar no dia 19, em Setúbal, junto ao Estádio do Bonfim, às 06H45 e em Lisboa, na Sede Nacional, às 07H15.



Coimbra

Informação de serviços

Horário da secretaria

Manhã – das 09,00 horas às 12,30

Tarde – das 14,00 horas às 18,00

O serviço de requerimentos é feito às 2^{as}, 3^{as} e 4^{as} feiras, pelas 10,00 horas, mas com marcação prévia.

Morada: Rua 1º de Maio 68-C r/c, 3040-181 Coimbra,

Contactos: direcção > tlf. 239 813 542; secretaria > tlf. 239 814 644 ou tlc. 239 813 332; endel: info@adfa-coimbra.rcts.pt

Outras informações úteis

- Autocarros dos serviços municipalizados que servem a Delegação:

linha 22 – Fala – paragem na Baixa a 100 metros da estação nova, frente ao Hotel Astória.

Viseu

Aniversário da ADFA

Podia mesmo ter sido maravilhoso, até porque há um ditado popular que diz: "mais vale ser rei por um dia do que príncipe toda a vida". Terá sido este o pensamento do Sr. Presidente da ADFA, acreditando no que o Sr. Presidente da República poderia fazer, influenciar o Governo, isto é, o Sr. Ministro da Defesa Nacional, a anunciar a actualização da legislação, mais concretamente o direito à progressão na carreira para os deficientes das Forças Armadas, incluindo o Dec. Lei 134/97 e outros.

Bem, se no dia 14 de Maio, 30 anos de ADFA e do Abril libertador, regado com o nosso sangue, é tempo dos responsáveis da Nação credibilizarem de facto a política e os políticos com medidas credíveis de clarificação e de respeito pelas instituições e seus associados, que como sabemos, trata-se de pessoas altamente humanas, que se dispuseram a servir e a defender a Pátria, em condições de risco, cuja bandeira e a liberdade está bem regada com o sangue derramado durante o período que durou a guerra colonial em Angola, Guiné Bissau e Moçambique.

30 anos! Esperavam-se grandes medidas e nada. Apetece dizer que "O rei vai nu", sem nada para explicar aos seus associados. O Sr. Presidente da ADFA se nada disse é porque não tem nada para dizer e muitos associados se interrogam: afinal, o Sr. Presidente está ao serviço de quem?! Concerteza ao serviço da ADFA e dos seus associa-

dos em toda a sua plenitude e quem o ouviu no dia 14 de Maio de 2004 - 30 anos de ADFA - viu que assim é! Mas esse discurso deveria ser junto ao dia 15 de Maio em Rio Maior para que os mais de mil e muitas centenas de associados ouvissem da boca do Sr. Pr. da DN o que no dia anterior, na Sede Nacional da ADFA, disse aos mais altos representantes da Nação. Isso sim, era a verdadeira política associativa!

Depois quem anda nestas coisas e se apercebe de como tudo funciona, verifica que a ADFA tem credibilidade e consegue levar a sua casa os Chefes do Estado Maior General, do Exército, da Força Aérea e da Marinha, Deputados da Assembleia da República, Entidades Cívicas e Militares, o mais alto magistrado da Nação que congratulou, enalteceu e reconheceu todo o trabalho desenvolvido pela ADFA e pelos valores que esta representa, que são os mais nobres de um povo. Só não se compreende é como se está na Associação dos Deficientes das Forças Armadas com muitos jornalistas, televisões e tudo se devia, se tinha que falar desta prestigiante colectividade ADFA e afinal de contas da ADFA nem palavra. Mas fala-se da guerra no Iraque com os deficientes das Forças Armadas em pano de fundo!

Assim não, a ADFA/Delegação de Viseu e os seus deficientes militares das Forças Armadas exigem ser tratados com dignidade e não admitimos, seja a quem for, por mais alto que seja o cargo que ocupa, este tipo de

tratamento e aproveitamento, os valores aqui representados exigem respeito.

«Honrar e servir», foi o lema, a Pátria tem que cumprir a parte que lhe cabe para com os seus heróis, pois queremos ser sempre príncipe ou se quiserem nem isso.

Viagem atribulada

A Delegação de Viseu mobilizou para o aniversário nacional da ADFA os seus associados que esperavam algo mais do que como se viveram estes 30 anos de ADFA. Ficou provado não haver respostas para nada e a desilusão imperou em todos os presentes e a partir daqui, daquele momento, tudo se agravou ao ponto de alguns associados quererem logo dali partir para Lisboa fazer algo que chamasse a atenção dos governantes para os problemas que vivem os deficientes militares das Forças Armadas.

De uma coisa temos a certeza, as deficiências de guerra, com o decorrer da idade cada vez se agravam mais. A exemplo disso, podiam-se apresentar muitos casos pessoais, mas exemplificamos aqueles que têm mais dificuldade de controlo e porque o stress de guerra mata. Deviam ver o sofrimento, e aquilo que fez sofrer às quase duas centenas de associados e famílias, um associado nosso que no meio da viagem de Rio Maior para Viseu entrou em pânico, com o factor stress a funcionar, pois, é que para além da deficiência tem o stress da guerra e da própria deficiência.

Às pessoas deficientes, e de um mo-

- A empresa "Lubricentro Lda", na Rua Alexandre Herculano, junto à Praça da República, fornece aos nossos associados, mediante apresentação de cartão e quota em dia, pneus a preços especiais (descontos de 30% em Michelin e Good Year e 20% em Continental, com montagem e calibragem gratuitas), bem como oferece a mão de obra na mudança de óleo (todas as marcas) e/ou de filtros. Aberto aos dias úteis no horário normal e aos sábados até às 13 horas.

- O parque de campismo Forte do Cavalo, em Sesimbra, à semelhança de anos anteriores, concede um desconto de 50% aos associados da ADFA, desde que apresentem documento próprio no acto de inscrição, o qual pode já ser pedido para a delegação.

do muito especial às esposas, as nossas congratulações pela vossa compreensão pela demora, mas como devem compreender, quando um colega está com problemas ajuda-se e nunca se abandona, socorre-se da forma que no momento achamos ser a melhor ou a mais adequada, e que fique bem claro num momento destes, seja qual for a situação deve-se sempre dar todo o apoio. De qualquer forma, aqui fica o reconhecimento e a compreensão de todos.

Bem hajam.

Actividade de Abril

Em Abril, como não podia deixar de ser, foram comemorados os 30 anos da revolução dos cravos.

A ADFA/Delegação de Viseu participou activamente com uma exposição, sobre a Guerra Colonial, o 25 de Abril e a ADFA, durante 11 dias, na Escola Grão Vasco.

Houve diversas acções nas escolas e uma palestra no auditório da Câmara Municipal de Vouzela. O ciclo depois do grande espectáculo no Rossio, em frente à Câmara Municipal de Viseu fechou com um jantar comemorativo, com a presença de cerca de 130 pessoas.

Foi bonito ver os bombos, a bonita música reportada à época e os discursos um pouco inflamados, mas o que é um facto, temos que reconhecer que a situação não é nada boa e não sabemos até se não será necessário qualquer dia efectuar, novas acções de alerta ou até (...) e o povo aderir em massa.



Tipografia Escola da ADFA

Há mais de 20 anos, a qualidade e a melhor impressão

Largo do Outeirinho da Amendoeira (ao Campo de Sta. Clara) 1100-386 LISBOA

Tel.: 21 882 24 80/1/2/3 • Fax: 21 882 24 86

Todo o tipo de Artes gráficas

Fotocomposição ■
Offset ■
Montagem ■
Tipografia ■

30 anos



Comandante Supremo das Forças Armadas e chefias militares com a ADFA

Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes também presente



Tive, há poucos dias, a grata oportunidade de prestar a minha homenagem aos Antigos Combatentes numa cerimónia que decorreu no Mosteiro da Batalha, junto ao túmulo do Soldado Desconhecido. A data do aniversário dos 30 anos da Associação dos Deficientes das Forças Armadas favorece agora a possibilidade de poder, de igual modo, prestar um tributo de reconhecimento nacional a todos aqueles que desafortunadamente sofreram lesões irremediáveis ao serviço das Forças Armadas.

Portugal tem para com todos eles uma dívida de gratidão que não se resgata somente pelo exercício da palavra. Por isso, a minha vida aqui hoje não tem apenas como objectivo dar testemunho do reconhecimento do país pelo sacrifício que o infortúnio

Esquecemo-nos, por vezes, do passar vertiginoso do tempo e do que ele representa na alteração das condições concretas de vida destas pessoas. Esta realidade confronta-nos com novos problemas a que temos de dar respostas urgentes que garantam condições de dignidade quotidiana a todos eles, a quem a vida já impôs um fardo tão difícil de suportar. Esta é sem dúvida uma matéria a que quero dedicar uma maior atenção, deixo-vos esse compromisso.



vos reservou. Este é um gesto de solidariedade que com gosto presto, consciente de que ele serve, nalguuma medida, para que na voragem do quotidiano a vossa situação não seja esquecida.

Creio, porém, que é necessário ir um pouco mais além do que um forte e sentido gesto de solidariedade prestado pelos Órgãos de Soberania aqui presentes. Para além das várias iniciativas concretizadas nestes trinta anos, é preciso continuar a assegurar que o Estado Português garanta as condições necessárias de assistência à diversidade de situações concretas e assegure equidade e justiça perante a sua particular condição.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas tem desempenhado um trabalho notável ao longo dos seus trinta anos de vida. Tem sido, persistentemente, um núcleo de solidariedade activa para com os seus camaradas de armas e a esse esforço é devido um merecido louvor público. Mas, com idêntica tenacidade e persistência, que igualmente louvo, tem confrontado os sucessivos governos com a necessidade de melhorar a prestação de determinados cuidados, de aperfeiçoar a legislação existente e, mesmo, porque não reconhecê-lo, corrigir algumas injustiças. O diálogo dos governos com esta Associação deve ser uma constante, pois só ele permite um acompanhamento de proximidade com uma realidade tão complexa como esta. Desse diálogo



deverem, necessariamente, decorrer, em tempo útil, as alterações legislativas que se julguem oportunas e necessárias. Temos de ter todos consciência de que a comemoração dos 30 anos de vida desta Associação representa, também, que o essencial dos seus associados começa a entrar, ou se encontra já, na chamada 3ª idade.

Este é um trabalho que a todos nos deve mobilizar. Devemos fazê-lo de forma escrupulosa e aberta ao escrutínio e ao debate, como é timbre das sociedades democráticas mais desenvolvidas.

O País tem um profundo respeito e consideração pelas Forças Armadas portuguesas que em todos os teatros de operações multilaterais onde têm participado granjearam rasgados elogios, respeito e reconhecimento dos seus pares.

Termino reiterando o meu louvor ao trabalho da Associação dos Deficientes das Forças Armadas. Obrigado pela vossa dedicação e solidariedade.

Jorge Sampaio

Há uma outra forma de prestar homenagem aos antigos combatentes que consiste no reforço permanente do prestígio institucional das Forças Armadas, sublinhando, junto das novas gerações, o papel insubstituível que estas desempenham num Estado moderno. Sei que vos dá grande satisfação o orgulho que o país sinta nas suas Forças Armadas. Por isso, a sua reestruturação e reequipamento são tão importantes. Os tempos são outros, diversas as ameaças e diferentes os teatros de operações bem como a natureza das missões que no quadro multilateral nos podem ser confiadas. Temos de ter, em tempo útil, uma modernização eficaz e um produto operacional capaz de dar resposta a essa nova realidade, concentrando os investimentos necessários na obtenção atempada desse produto operacional.



Presidente da MAGN, António Carreiro



A Associação dos Deficientes das Forças Armadas agradece sincera e calorosamente a V. Ex.^a, Senhor Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas, a enorme honra que nos presta, celebrando connosco os nossos trinta anos de existência.

A presença de V. Ex.^a constitui, sem dúvida, um reconhecimento que a todos nos acalenta, por todo o esforço da nossa intervenção na comunidade em que nos inserimos.

E foi pela inserção que nos batemos ao longo de todos estes anos.

A ADFA nasceu com o 25 de Abril, e com o seu espírito, ao qual, aliás, também os deficientes militares deram causa. Somos, assim, causa e consequência de um espírito novo. Surgimos para defender os deficientes militares mas também imbuídos de um forte espírito de solidariedade, alicerçado nos valores democráticos, na liberdade, na dignidade da pessoa humana, na igualdade; dirigimos o nosso novo combate para a reabilitação e integração de todos os deficientes, dando como exemplo o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, com distinção de excelência de nível europeu, e apon-

tamos a nossa acção não só para o nosso País, no qual, logo nos primeiros anos, fomos motor da sociedade civil para o nascimento das estruturas de reabilitação, mas também para o Mundo, em especial através da Federação Mundial de Antigos Combatentes, tendo já presidido à Comissão Permanente para os Assuntos Europeus por dois mandatos e realizado, em Portugal, há dez anos, a 6.^a Conferência Internacional sobre Legislação de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, que contou com a presença de 53 países e dos mais altos dignitários da Nação, cuja repercussão, no Mundo, ainda hoje se faz sentir.

Neste âmbito, enche-nos de orgulho o facto de termos uma excepcional ligação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, o que nos levou a organizar a 1.^a Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, em Maio de 1990. À data, em todo o Mundo, causou grande admiração o facto de ex-adversários, tão recentes, conseguirem encontrar-se e dar-se as mãos, num gesto de grande concórdia, aproximando-se a si mesmos e aos seus países, superando mazelas físicas e psíquicas de uma guerra imposta e que, no fundo, feria o coração de ambos os lados.

A ADFA sempre teve uma postura de grande irreverência que nasceu naturalmente da idade dos

vinte anos e da combatividade aguerrida pelo respeito que entendemos ser devido para com todos e cada um dos que se entregaram a servir a nossa Bandeira sem nada pedir em troca, lutando agora pela inclusão, igualdade e cidadania plena, declarando guerra aberta à marginalização e ao ostracismo.

Esta irreverência sempre foi, no entanto, acompanhada de um grande sentido de responsabilidade e, com realismo, fomos reivindicando medidas justas, alertando para as insuficiências, para lacunas legislativas e apontando os caminhos que levassem à reconciliação de todos os portugueses. Muito árduo tem sido este percurso. O nosso ordenamento jurídico ainda hoje tem sérias lacunas e interpretações a corrigir em relação aos deficientes militares, não obstante o esforço contínuo e perseverante da Associação, desde o diploma que consideramos como a base de um Estatuto – o Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro – com o qual aliás surgiu, desde logo, uma grande diferença de tratamento entre deficientes em serviço e em campanha e a complexa questão de interpretação deste conceito – até ao presente em que ainda se sentem injustiças que são de tal modo importantes que movimentam todo o tecido associativo.

Não posso deixar de realçar que a ADFA não se esgota na Guerra Colonial e tem uma visão do pre-

sente e do futuro, nela tendo lugar os deficientes militares de ontem, de hoje e de amanhã. Neste contexto foi a ADFA ouvida no sentido de se criar legislação, inexistente à altura, para os militares a prestar serviço em Missões de Manutenção da Paz e de Cooperação Técnica.

Ao longo destes trinta anos, algum do nosso esforço foi reconhecido quer em medidas legislativas, quer em reconhecimento moral, referindo aqui a construção do Monumento aos Combatentes do Ultramar e a atribuição à ADFA do Título de Membro Honorário da Ordem do Mérito pelo anterior Presidente da República e por ocasião do nosso 22.º aniversário.

Todo este trabalho, e contributo, só foi possível graças ao empenho de todos os associados, de largas centenas de dirigentes – a ADFA tem duzentos e setenta e sete associados em permanência nos órgãos sociais – de centenas de trabalhadores e milhares de amigos que, todos, estão de parabéns.

Senhor Presidente, já podemos, hoje, dizer com orgulho que servimos valorosamente e contamos com o conforto que a sua presença nos traz para continuarmos com a nossa, que queremos intensa, participação democrática a construir um Portugal melhor.

Senhor Presidente, bem-haja por estar connosco!

Nota: não sendo um discurso escrito, mas um improvisado, não pode, claro, ser transcrito integralmente. Tentamos manter o essencial do "fio condutor", sem desvirtuar o conjunto, o que não é fácil, conhecendo-se o orador. Poderemos escrever o que disse, nunca como o disse...

Abordando o problema das viúvas, e das pensões de preço de sangue à data da morte do deficiente, recordando também que todos os meses no ELO aparecem alguns que "...com cinquenta e poucos anos já não esperam reconhecimento, porque a morte os levou", acrescentou, "Mas há uma coisa de que às vezes nos esquecemos, as viúvas da hora do combate e as primeiras viúvas dos deficientes das Forças Armadas. E é importante que se pense nesta situação, porque as viúvas dos primeiros mortos têm as pensões ao tempo e estão, até a este momento, em condições de perfeita miséria."

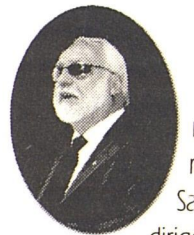
Quanto à questão dos grandes deficientes em serviço efectivo normal (GDSEN), reconhecidos a partir dos 80%, e referindo que a lei em Portugal considera como deficiente toda a gente com mais de 60%, questionou "... porque é que os com menos de 80% não têm direito, também, a ter alguma compensação?", introduzindo assim o ponto seguinte, de grande acuidade no momento presente, "É importante que o Estatuto que vem aí, defenda aquilo que nós sempre dissemos, dizemos e diremos no futuro: nós somos dos militares de ontem, de hoje e de amanhã. Não discutimos a decisão política de termos homens no Iraque, na Bósnia, no Kosovo ou em Timor; isso não nos diz respeito. Mas temos a responsabilidade destes homens de hoje, e dos homens de amanhã, terem uma retaguarda legislativa que lhes diga: se me tocar o infortúnio a Pátria reconhece o meu esforço e, se eu morrer, toma conta da minha família. Cabe aos homens de hoje criar para as Forças Armadas de hoje e de amanhã, e das que o foram no passado, um futuro de dignidade, de seriedade e de verticalidade, de forma as pessoas sentirem: a minha Pátria está a olhar por mim quando eu estou, com uma arma na mão, a defender o seu interesse, seja ele territorial, seja ele político ou de cooperação internacional."

E para terminar...

Não me alongaria mais, iria buscar o lema que atribuímos a esta comemoração: "Honrar e servir". Foi com esta divisa que todos nós, militares que aqui estamos,

► continua na página seguinte

Presidente da DN, Patuleia Mendes



Cumprimentos a entidades e convidados, com especial "testemunho de reconhecimento e respeito" a D. Maria José Ritta. Saudações aos antigos e actuais dirigentes, também os trabalhadores, referindo de forma particular os associados, "camaradas, sal desta casa".

"Esta casa faz hoje 30 anos. Um documento escrito a 14 de Maio de 1974, tem hoje a acuidade política daquela altura; parece que o tempo não mudou. Muito reconhecimento foi feito aos deficientes das Forças Armadas, e a partir daí, à comunidade deficiente portuguesa. Mas aquele texto, feito por uma comissão "ad hoc" da altura, chamemos-lhe assim, está pleno de virtualidades e presença. ...

Trinta anos depois o que é preciso? Tolerância de todos os lados, amizade de todos os lados...

Dia 22 de Abril estive numa cerimónia em que, com alguma satisfação, senti alguma abertura por parte do senhor primeiro-ministro que, na minha modesta opinião, acabou por abarcar e assumir certas situações legislativas, produto de negociações que mantínhamos junto do próprio ministério da Defesa Nacional".

Recordando também a aprovação quer do decreto regulamentar da lei da contagem de tempo de serviço militar, quer, pela Assembleia da República, do aditamento à mesma Lei, abarcando mais algumas situações que não estavam reconhecidas no diploma original... "...foi feita, realmente, justiça aos antigos combatentes portugueses. Tanto o Governo como a Assembleia da República fizeram o que tinham de fazer!" Referindo o recente reconhecimento, pelo secretário de Estado da Defesa, ali presente, do sacrifício dos ex-prisioneiros de guerra... "E estávamos à espera que hoje fosse feito o reconhecimento daqueles que não são antigos, que não são ex, daqueles que são deficientes todos os dias, de todos os anos, de 365 ou 366 dias. E, se somos deficientes, e eu represento a todos, é porque estávamos na linha da frente, no momento quente do combate, da explosão da mina ou do sacrifício da mente, por vermos o que se pas-

sava com os camaradas ao nosso lado, tocados pelo infortúnio, pela morte, pela deficiência e pelas condições atroz em que se vivia nos campos de batalha de Angola, Moçambique e Guiné. Até viemos aqui com a força que daí adquirimos e com aquilo que consubstanciámos antes de nos podermos reunir, antes de nos podermos associar. Já então nos hospitais militares ganhámos um espírito de corpo que permitiu que, parcas três se-manas, praticamente não chegou, depois da alvorada de Abril, tivéssemos consignado esta Associação que hoje, com 30 anos, está linda, está jovem, e como qualquer rapariga é amada por muitos. Mas ela tem que ter cuidado, que há amantes por interesse. Mas claramente saberemos pôr as coisas no seu sítio, porque a democracia, aqui nesta casa, irá sempre funcionar e, portanto, esta casa tem sempre os seus defensores pelo lado da razão, da verticalidade e da credibilidade que 30 anos lhe granjearam.

Voltando ao que dissera o primeiro-ministro, "porque falou, antes de se referir à Lei 9/2002, do reconhecimento que os deficientes militares devem ter com a publicação do Estatuto, do seu Estatuto do Deficiente Militar", e ao trabalho e negociações em que está envolvido o MDN, "...é importante fazer o Estatuto, mas como disse, e bem (o PM), reparar as injustiças ainda prevaletentes".

Sobre a tão falada, mas ainda pouco conhecida, reestruturação das Forças Armadas, "...em nome desta casa pergunto: reestruturar o quê? Fala-se em extinção de postos; o que é que vai acontecer em termos de igualização, de que não prescindimos, em relação aos militares do activo? O que é que vai acontecer então? O mesmo que neste momento acontece aos furriéis? Que estão enfiados numa gaveta que ninguém sabe a quem pertence? Os furriéis que foram, peço desculpa a todos os outros, os srs. oficiais milicianos, os srs. oficiais e sargentos dos Quadros Permanentes, os condutores que estiveram mais perto dos homens na hora do combate, e que estão agora esquecidos na tabela indiciária?! Não pode ser! Mas o que é isto? Houve esquecimento das próprias Forças Armadas, que se calhar não queriam

na sua estrutura de carreiras os furriéis? Mas os homens da guerra não podem cair no ostracismo e ficar esquecidos! Os homens de cadeiras-de-rodas, os homens cegos, os homens sem mãos, os homens sem pernas, não podem progredir nos índices, estão equiparados ninguém sabe a quê, porquê?

Recusando qualquer nova legislação que atribua condições excepcionais a quem quer que seja, referindo como exemplo o caso da possível progressão na carreira a oficiais do QP (e nem a todos...), em contraste com o que se passa com o pessoal, oficiais, sargentos e praças do serviço militar obrigatório "... esta casa é de todos. Às vezes, fala-se que aqui não sei quantos por cento são isto, não sei quantos por cento são aquilo. Aqui 100% somos sócios e esta Direcção tem que defender o interesse de todos, seja do oficial mais garboso ao soldado mais denuado. Para nós, o reconhecimento tem que ser geral, para não se fazerem divisões desnecessárias dentro da nossa própria casa, por força de legislação para cuja publicação, na altura, não fomos chamados nem ouvidos. Portanto, todos, de ponta a ponta, esta Direcção Nacional vai, quer e sempre defenderá."

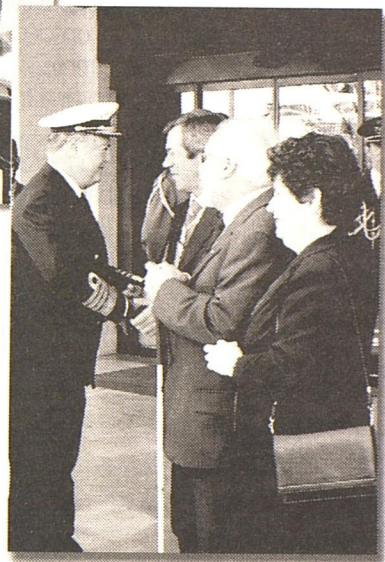
Chamando o testemunho quer de ex-ministros e ex-secretários de Estado, quer do actual secretário de Estado, presentes, ao facto de em todas as audiências e reuniões tocar em tais pontos, referiu a "causa dos soldados" e a questão dos acidentados... "Não podemos aceitar isto! ... Como é que em campanha, sujeitos a levar um tiro a proteger uma coluna, ou ao levar uma coluna para combate, bastante longe do perímetro do aquartelamento, havendo um acidente de viatura, aparecem casos, inclusivamente, em que de dois feridos um está em campanha e o outro em serviço? Então a coluna militar do lado direito era de campanha e do lado esquerdo era de serviço? Não pode ser, há que clarificar estas coisas! ... Mas o que é que somos nós menos, que estivemos em África naquela altura e com muito menos condições, em relação a estes homens de hoje?", referindo que, e bem, a questão já não se coloca quanto às tropas em serviço no Iraque, na Bósnia ou em Timor, pois tudo acontece em campanha.

jurámos bandeira: honrar a Pátria e servi-la até à última gota de sangue, se tal tivesse sido preciso. Esta Casa, durante estes 30 anos, tem honrado os seus associados, lutado pela sua dignidade, servido os seus interesses, anseios e aspirações, porque nós somos daquele grupo que, na frente de combate, demos tudo o que jurámos à bandeira e tudo o que a Pátria pediu. Por acaso a Pátria a nós, só não nos pediu a última gota de sangue; demo-la até lá

é por isso estamos aqui hoje. E exigimos mais "honrar e servir" por parte da Pátria. Chegou o momento do honrar definitivo: quem serviu fomos nós. Chegou o momento de fechar com letras de honra esta parte do processo da guerra colonial, no que aos deficientes das Forças Armadas se refere, porque abnegadamente se sacrificaram, vivem o sofrimento do dia-a-dia psíquico e físico durante toda a sua vida, e passam todo este martírio, os que

sofrem mais profundamente, às suas mulheres, aos seus filhos, aos seus netos. A Pátria tem que reconhecer este esforço, não só aos deficientes, mas também às suas famílias. Senhor Presidente, Senhor Secretário de Estado, Senhor Chefe do Estado Maior General, amigos: há dias, aqui nas comemorações do 25 de Abril da Delegação, saiu-me um slogan que, creio, espelha exactamente aquilo que nós éramos há 30 anos, os sentimentos que tín-

hamos e que, podem crer, a partir de amanhã, vão ser outra vez, com mais força, com mais veemência, aquilo que queríamos há 30 anos e hoje está cheio de verdade, de interesse e de objectividade. São quatro sentimentos importantes: coesão, esperança, sonho e luta! Espero que não nos tirem nenhum destes sentimentos, sobretudo o da esperança e o do sonho. Viva a ADFA! Viva Portugal!



Introdução

Poderia ter sido uma festa plena. Merecia tê-lo sido! E, se o Comandante Supremo das Forças Armadas e todas as chefias militares, bem como muitos amigos, quiseram estar com a ADFA e os seus associados, também os seus dirigentes, o Poder político, mau grado a presença do secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, primou pela ausência. Diz-se, em bom português que "quem não sente, não é filho de boa gente", e nós somos "filhos dilectos" desta Pátria. A não ser que...

Não será, pois, de estranhar que a grande maioria dos deficientes das Forças Armadas tenham questionado, de forma sentida, o porquê de, com tantos problemas e situações por resolver, não se ter aproveitado a festiva comemoração para serem anunciadas, finalmente, quantas medidas concretas que têm, ainda, que ser tomadas.

Em relação ao "caso" da dita "comunicação social", que compareceu em razoável número apenas na cerimónia do dia 14, ainda que também tenha sido solicitada para Rio Maior, já pouco nos devia espantar a "cobertura" que foi dada aos problemas e anseios desta Casa. O que está a dar são as tricas entre os "poderes" e, por isso, o relevo apenas dado às entrevistas com o Sr. Presidente da República sobre o Iraque.

Sinceramente, e porque sabemos na carne o que pode resultar da guerra, esperemos que a dita "comunicação social" não tenha que vir bater à porta da Associação, aí então ao cheiro do sangue, pela situação de novos mortos e feridos em combate...

Sessão solene

Eram, como previsto, cerca das 11 horas quando, após a chegada já de tantas individualidades, chegou à Sede Nacional o Chefe de Estado, que se fazia acompanhar, por vontade, e podemos dizê-lo, por amizade próprias, de D. Maria José Ritta. Aguardado pelos presidentes dos órgãos sociais nacionais, recebeu, ainda à entrada, os cumprimentos do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e do secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, tendo subido depois para uma sala, no piso superior, afim de lhe serem apresentados os presidentes de Direcção de todas

as Delegações e elementos dos órgãos sociais nacionais.

Seguiu-se a sessão solene, no ainda chamado "salão nobre", já repleto de associados, amigos e convidados, entre os quais, não queremos deixar de assinalar, que nos perdoem os esquecidos... e o protocolo, os chefes de Estado Maior da Armada, do Exército e da Força Aérea, bem como os respectivos directores dos Serviços de Saúde, o Presidente da Comissão Parlamentar de Defesa, os deputados representantes do PSD, do PS, do PCP, do BE e de "Os verdes", vários oficiais gerais e antigos governantes, os director-geral e vice-director da DG-PRM/MDN, o presidente da CVP, os mais altos dirigentes do SNRIPD e do CNRIPD, bem como de organizações, associações e outras entidades ligadas a áreas quer de ex-combatentes, quer de deficiência e reabilitação, saudando muito especialmente os nossos amigos da ACIME, Espanha, e da Barrierifrei, Alemanha.

Composta a mesa de honra pelo Presidente da República, que dava a sua direita ao secretário de Estado, Henrique de Freitas e este, por sua vez, ao presidente da DN, e a sua esquerda ao almirante CEMGFA, Mendes Cabeçadas e este, também por sua vez, ao presidente da MAGN, iniciou as intervenções António Carreiro, na sua qualidade de presidente da Mesa da Assembleia Geral Nacional, a que se seguiu o presidente da Direcção Nacional, Patuleia Mendes, encerrando Jorge Sampaio esta parte da sessão, tendo sido bastante aplaudidos quaisquer dos oradores.

Pela sua importância, com especial destaque para a mensagem do Chefe de Estado, se transcrevem em lugar separado os três discursos.

A finalizar a sessão solene, foi pelo Presidente da República feita a entrega, na pessoa da filha, Ana Margarida Maurício, do diploma de associado honorário, a título póstumo, a Jorge Manuel Garrido Pardal Maurício, momento de sentida comoção por parte da assistência, o qual se prolongaria durante o descerramento, feito de seguida, da placa "Auditório Jorge Maurício", designação que passa agora a ter aquela sala.

Ainda no mesmo local foi feita a assinatura do Livro de Honra da Associação, após o que, descendo-se para o átrio, foi pelo Presidente da República descerrada, no exterior da entrada

principal do edifício, a placa comemorativa da efeméride, tendo-lhe então sido entregues uma réplica da mesma e, também, a medalha 001/500 comemorativa do 30º aniversário da ADFA. Nessa ocasião Jorge Sampaio teve a oportunidade de ser saudado, o que se sentiu que bastante o comoveu, por um grupo de associados em cadeiras-de-rodas, assim como de responder a perguntas que a comunicação social presente lhe entendeu colocar. De salientar também a passagem interessada pelos espaços de exposição do Centro de Actividades Ocupacionais/Del. Porto, do CRPG, do Museu da Guerra Colonial/Del. Famalicão e do comando Galp.

A terminar a visita, seguiu-se no bar da Sede um Porto de Honra com todos os presentes, tendo o Presidente da República procedido ao corte do bolo de aniversário, acompanhado por um coral de "parabéns a você, ADFA".

Jornada associativa

Se se esperavam muitos, foram muitos mais! E, como é normal, confirmando até ao que nos convívios de Companhia ou de Batalhão se assiste e ouve, "o pessoal do Norte vai sempre, onde quer que seja". Assim, de repente, Porto para cima de 400, Viseu cerca de 150, Vila Nova de Famalicão quase 90 e mesmo Bragança, meia centena... E não queremos deixar de aproveitar para saudar, muito especialmente, as duas dezenas de amigos que, de Badajoz, quiseram também estar presentes.

Com início marcado para as 13 horas, o almoço seria antecedido por alguns passeios pelas zonas históricas do Conselho, oferecidos pela autarquia local. No entanto, porque algumas excursões das delegações se atrasaram e não puderam participar naqueles, e porque outras terão chegado mais cedo do que o esperado, aconteceu que muitas centenas de pessoas se foram juntando à entrada do Pavilhão Multiusos, sem grandes condições de "sala de estar", pelo que, naturalmente, se foram exercendo pressões para a entrada no recinto do restaurante antes da hora prevista, o que provocou alguma confusão no controlo de acesso e na condução às mesas próprias. Apesar de tudo, pode-se dizer que esta fase do convívio correu de forma bastante razoável, tanto mais, e fomos esquecendo de o referir,

que apareceu muita gente sem marcação, tendo que ser, inclusive, no momento, montadas algumas mesas extra.

Com condições excepcionais para tal tipo de reunião e, apoiamos completamente o agradecimento público que a DN fez ao representante da Câmara Municipal de Rio Maior pela cedência de tal espaço, apresentava um aspecto magnífico o salão, "aquecido" não só pelo bom tempo que se fez sentir, como também pela alegria e pelo entusiasmo dos cerca de 1400 participantes a este almoço/convívio, entre associados, famílias, amigos e convidados, não querendo deixar de destacar entre estes últimos os, também amigos, da ACIME, de Espanha, da Barrierifrei, da Alemanha e da Câmara e Assembleia Municipal de Rio Maior. Uma palavra muito especial, no que certamente somos acompanhados por todos, para os jovens escuteiros que tão boa vontade mostraram na ajuda que a muitos tiveram que prestar.

Sendo sempre difícil, para quem tem que descrever tais acontecimentos, fazer um seu retrato objectivo, tanto mais o será para quem há muito se sente envolvido nesta e por esta Casa. Diremos apenas, e de forma muito sucinta, que foi entusiasmante e, muito mais do que isso, garante de uma consciência e de uma força associativa que, não só mostra solidariedade e empenho em relação a camaradas que a infelicidade juntou, mas também enorme capacidade de mobilização e de luta para novos combates reivindicativos que, infelizmente, parecem continuar necessários.

E lá foram acontecendo nos intervalos/demoras entre o serviço de cada prato, os abraços, as conversas, as recordações e o relembrar, também o pedido da foto, até que a parte musical se iniciou com a actuação de José Praia.

Seguiram-se, já pela tarde, as intervenções próprias nestas ocasiões. Primeiramente, usou da palavra o presidente da MAGN que recordou as razões de luta que levaram à criação da ADFA, luta já de 30 anos que ainda não terminou, como não terminaram os sacrifícios e sofrimentos que nunca foram negados por "... aqueles que ao longo da nossa história lutaram ao serviço das Forças Armadas e cujas marcas de dedicação e patriotismo ficaram vinculadas para todo o sempre. Para quem os valores da lealdade, da honra, do sacrifício e do senti-



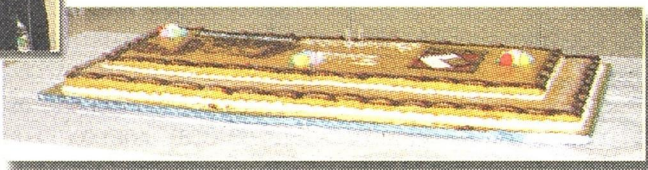
veres, e com capacidade de intervenção no todo social que o rodeia». É este o meu desejo, que este objectivo seja alcançado. Viva a ADFA!

Antes de dar a palavra ao presidente da DN para a intervenção final, o presidente da MAGN leu, com o ambiente e a recepção que se podem adivinhar, uma mensagem enviada pelo ministro da Defesa, na qual o governante, "Não o podendo fazer pessoalmente, por razões de agenda institucional...", e dirigindo-se "... aos deficientes das Forças Armadas, cujas vidas dedicaram à defesa da nossa bandeira.", acrescenta "Vidas que, em muitos casos, foram sacrificadas e atingidas para todo o sempre e cuja dedicação tantas vezes demorou a ser reconhecida.", pelo que, mais algumas palavras adiante, "É com a consciência de que ainda há muito trabalho pela frente, e com a certeza que a gratidão do Estado àqueles que deram a vida em seu nome nunca poderá ser paga nem esquecida, que, perante vós, reafirmo a minha disponibilidade total, em meu nome e em nome do Governo, ao qual tenho a honra de fazer parte, para continuar o trabalho em nome dos deficientes da Forças Armadas, dos antigos combatentes e de Portugal."

Pouco, realmente, para quem esperava ansias e já tão atrasadas "prendas"...

Ao iniciar a sua intervenção, o presidente da DN não quis deixar de agradecer, em primeiro lugar, a excepcional colaboração que a Câmara Municipal de Rio Maior tinha concedido para poderem estar, com tal dignidade em tal espaço, cerca de 200

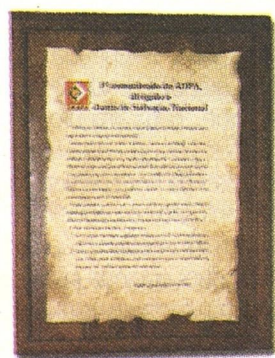
personas mais do que as previstas, e em segundo lugar, saudar efusivamente a presença dos amigos espanhóis e alemães. Ao pedir, seguidamente, "... alguns segundos de silêncio por aqueles que a morte já levou e hoje não estão aqui.", Patuleia Mendes provocaria, pelas circunstâncias na ocasião vividas, o momento mais significativo e envolvente talvez não só do dia mas de todas as comemorações: o conseguir-se, do centro da sala para os seus extremos, onde dificilmente se acompanhava o que estava a acontecer no meio do salão, em "diminuendo" progressivo, chegar-se até ao silêncio absoluto, com todos, pelo menos os que o podiam, respeitosamente de pé. Todos não, porque pelo menos uma rapariga, supõe-se que filha de um sócio, porque não terá levado as palmadas necessárias em tempo próprio, recusou levantar-se...



As prendas...

Por ocasião do 30.º aniversário foram oferecidas à ADFA, por intermédio da Direcção Nacional, várias lembranças, das quais nos permitimos destacar:

- no dia 12, de pessoal do ELO, aproveitando a ideia da 1ª página do número de Maio, o "1.º comunicado da ADFA dirigido à Junta de Salvação Nacional", devidamente emoldurado, e que se encontra já a



Retomando a palavra, mencionou a ideia que teria sido posta a circular de que se havia dificultado, ou mesmo proibido, a entrada da Comunicação Social, o que não só era falso como fazia pensar que houvesse quem quisesse levantar dúvidas e dividir a ADFA, embora, isso sim, dúvidas não pudessem ficar quanto à capacidade de organização e de mobilização das Delegações, como ali estava bem demonstrado. E aproveitando... "Mais se interroga a Direcção Nacional porque é que o Poder instituído, o Poder eleito, não esteve aqui. Não chega, por si só, chegar a mensagem. Sabemos que existem impedimentos de Estado, sabemos que há questões imponderáveis e que são poderosas, mas nós queríamos ouvir aqui hoje, dois anos depois, que as promessas feitas em Famalicão estavam a andar. Nós ouvimos ali, então, que era preciso trabalhar. NÓS ESTAMOS FARTOS DE TRABALHAR E NÃO VEMOS RESULTADOS CÁ FORA!"

Dizendo, seguidamente, que não era altura de divisões - e isso mesmo indicava a jornada que estava a ser vivida -, recordou o que se havia passado 30 anos antes com a sociedade portuguesa, também com os deficientes das Forças Armadas, em que havia um único interesse - "Nunca, como alguém disse a propósito da festa do 1º de Maio, se viu tantos sorrisos em tantas caras no mesmo dia." -, sendo que um único interesse era também o que a equipa eleita seis meses antes "por vocês" procurava, e para o qual trabalhava, um Estatuto que a todos defendesse e a todos dignificasse, sem que a ninguém excluísse e dividisse. "Hoje estamos aqui clarividentes, juntámo-nos! As Delegações movimentaram-se! A ADFA está viva! E quero referir aqui uma coisa importante: mais importante que um decreto, mais importante que um qualquer documento, a certeza vivida dos que estamos aqui hoje, a certeza de que vocês querem que a ADFA tenha força. E vai tê-la ainda mais!". E pouco depois, a terminar: "Neste momento é preciso ter em mente 4 ideias: coesão, sonho, esperança e luta. A ADFA continua e tem que contin-

uar. Com esperança que os seus homens defendam com coesão os seus direitos. Com sonho, porque «sempre que um homem sonha, o Mundo pula e avança». E com sentido de luta para que, quando fizer falta, dizermos todos, em qualquer sítio e a qualquer Governo: estamos presentes! VIVA A ADFA! VIVAM OS ASSOCIADOS DA ADFA!"

Seguiram-se a entrega aos convidados e aos presidentes das Delegações da medalha do 30.º aniversário e o tradicional corte do bolo, actos já bastante prejudicados pelo muito burburinho e movimento que se fazia sentir, prenúncio, também, da necessidade de retirada das delegações que de mais longe tinham viajado. E por isso também, muito prejudicadas foram as actuações de Francisco Fanhais e de Pedro Barroso, cantores que, certamente, todos gostariam de ter ouvido e acompanhado, mas que assim apenas o foram, em ambiente



mais restrito, por isso mesmo também mais próximo e intimista, pelos associados das delegações das zonas centro, sul e insulares. Desfazendo-se a tarde, foi-se desfazendo, também, a magia do convívio, enquanto os últimos resistentes se foram mantendo. Por curiosidade e para interesse de alguns, que sempre gostam de saber destas coisas, estiveram 45 serventes de mesa e 15 de cozinha, tendo sido consumidas 600 garrafas de vinho tinto, 300 de vinho branco, 400, de 1,5 lt., de água e igual número, de 1 lt., de refrescos.

Encerramento

"Poderia ter sido uma festa plena. Merecia tê-lo sido!". E afinal foi-o mesmo! Possivelmente porque certas ausências até para isso contribuíram...

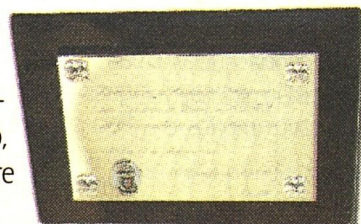


"presidir" ao "Auditório Jorge Maurício";

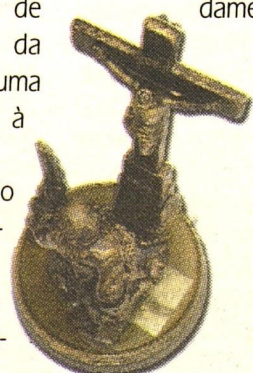
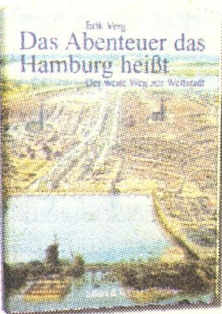
- no dia 13, da "Barrierfrei", durante uma reunião de trabalho, um interessante livro sobre Hamburgo;

- no dia 14, do Presidente da Associação Portuguesa de Veteranos de Guerra, no fim da Sessão Solene, uma placa alusiva à comemoração;

- no dia 15, em Rio Maior, do presidente da ACIME, uma bellissima escultura, represen-



tando um "Caballero" ajoelhado perante um Cristo crucificado, amputado de uma perna, e do associado Fernando Carvalho, uma taça de vidro devidamente decorada.



Secretário de Estado da Defesa visita Lar Militar

No passado dia 14 de Abril, um imprevisto de última hora surgido ao secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, não permitiu que então se efectuasse a visita ao Lar Militar desde há tempos prevista, conforme até indicação dada já nesse sentido na tomada de posse dos novos órgãos sociais nacionais, em 6 de Janeiro, reiterada na audiência concedida à DN em 23 desse mesmo mês.

Agora sim, em 18 de Maio, o secretário de Estado, acompanhado pelo chefe, e outros elementos, do seu Gabinete, e pelo director do Serviço de Pessoal do MDN, deslocou-se ao Lar, no qual o esperavam o presidente, e outros responsáveis, da CVP, incluindo a directora do estabelecimento, além dos directores dos Serviços de Saúde dos três Ramos

das Forças Armadas e dos presidente, 1º vice-presidente e 2º secretário da DN/ADFA.

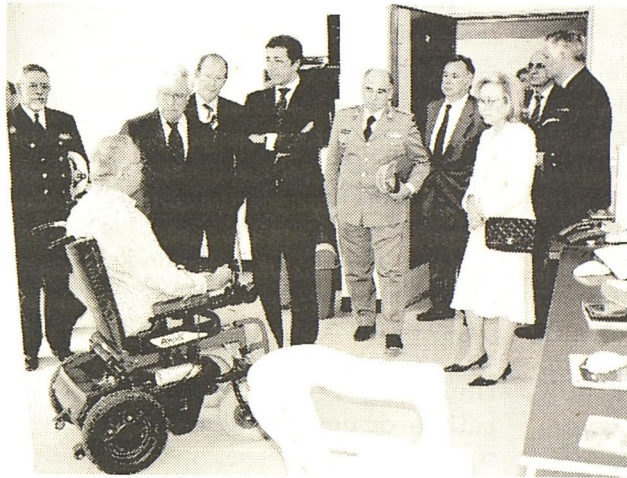
A visita iniciou-se com uma exposição, pelo director-geral da CVP, sobre a actual situação, nomeadamente quanto a residentes (para 21 quartos com 52 camas, existem, de momento, 24 grandes deficientes militares, 11 particulares e 6 por contrato com seguradoras) e quanto às obras, iniciadas em 2001, tendo em vista não só uma modernização do edifício e dos equipamentos, como também um melhor aproveitamento dos espaços e das condições, o que ainda levará algum tempo mais (2006), obviando mesmo à entrada de outros utentes, pela necessidade de deslocação dos actuais por causa das obras na zona dos quartos, embora, no entanto, levantada já a hipótese de futuramente se virem a alargar as instalações, com vista não só a mais residentes fixos como também a temporários. Sendo, como é natural, o factor financeiro predominante neste tipo de questões, ele foi também abordado, já que, conforme "nota" do respectivo presidente, ainda que gastos ali 32% do subsídio do MDN à CVP, e ainda que um rigoroso controlo de custos e de procura de proveitos, através de futuros protocolos de abertura ao exterior, o equilíbrio de contas continua difícil.



Em relação ao fundamental problema "orgânico" do Lar Militar – e nunca deve ser esquecido que ele surgiu (então como "Lar para inválidos militares"), certamente sem grande agrado do regime de então, por pressão de alguns meios militares e com a total compreensão/apoio da Fundação Gulbenkian (também ela nem sempre benquista

pelo Poder...), com o fim de "... acolher e reabilitar grandes deficientes militares dependentes e, de um modo geral, a tratar e prevenir ou minimizar deficiências físicas, proporcionando apoio médico-sanitário e bem-estar psíquico e moral." (adivinha-se que aos mesmos, claro), sendo seus utentes

prioritários "Grandes deficientes e diminuídos físicos graves das Forças Armadas, com lesões adquiridas em serviço militar normal ou em campanha, total ou parcialmente dependentes e impossibilitados de reinserção no meio familiar, temporária ou permanentemente.", sendo desde logo por ele responsável a Cruz Vermelha Portuguesa -, em relação ao aspecto orgânico, escrevíamos, foi abordada a necessidade não só de voltar a fazer funcionar o "Conselho consultivo" (*), como também de existir uma maior relação com as Forças Armadas, e os seus Serviços Sociais e de Saúde, de forma a otimizar tal interligação e os respectivos meios. Levantado o problema que existe quanto à viabilização, ou não, da tipografia, e da vontade de criação de uma unidade de medicina física e de reabilitação, parecem razoáveis as perspectivas de uma colaboração próxima no aproveitamento de



serviços quer na área das artes gráficas quer na da confecção de próteses.

Aspecto também fulcral, e que o presidente da DN não quis deixar de questionar de forma bastante vigorosa, foi o do apoio à 3ª idade, tanto mais que está previsto que o Estado/MDN venha a disponibilizar acolhimento e "lar" a mais de 2000 deficientes militares (43/76), para o que certamente muito poderão contribuir o empenhamento dos respectivos Serviços de Saúde dos 3 Ramos, não se tendo feito, no entanto, até hoje, qualquer estudo ou planeamento quanto a tal, sendo que "tal" já está a acontecer, sem qualquer perspectiva de resposta. E não será de espantar, por isso, se qualquer dia esses milhares de "abandonados" forem mesmo pedir alojamento ao 7º andar do edifício do Restelo...

Seguiu-se uma volta por todas as instalações, mostrando-se Henrique de Freitas interessado em tudo o que ia vendo e ouvindo, conversando com os utentes e pedindo esclarecimentos, pelo que julgamos poder esperar uma análise cuidada

e objectiva da visita, com resultados práticos que se desejam rápidos, tanto mais que, como os demais visitantes, bastante impressionado terá ficado na passagem pela zona dos quartos, não individuais como se pode pensar que deviam ser, mas, se calhar, até não conveniente. "Um certo brilho no olhar dos utentes", sr.ª enfermeira/directora?! Somos considerados, realmente, um país de poetas, mas não tanto.

"Calejados" em acções de guerra, embaciou-se nos o olhar ao ver a procura de um verdadeiro lar em pequenos espaços que nunca o poderão ser, em adereços e recordações que nunca serão privados, em ambiente a que nunca se poderá chamar "nosso"...

(*) – por curiosidade, respigamos um título saído no ELO n.º 178, de Junho de 1989, precisamente 15 anos passados, meia vida da ADFA e do 25 de Abril: "Lar Militar – novo Estatuto coloca ADFA na sua Comissão Técnica"...

...do CRPG

Recebeu:

- atribuída a Medalha Municipal de Valor e Altruísmo, classe ouro, pela autarquia de Gaia, foi a mesma entregue, pelo presidente daquela Câmara, Luís Filipe Menezes, ao director do CRPG, nosso associado Jerónimo de Sousa, em cerimónia pública ocorrida nos Paços do Concelho daquela cidade, no passado dia 23 de Abril.

Participou:

- a convite da Associação Portuguesa de Deficientes e do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, na conferência "Inclusão social – estratégias para o desenvolvimento", a 30 de Abril, na Ordem dos Médicos;

- na exposição que decorreu em paralelo com o seminário "Design, comunicação e inclusão", em organização da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, nos dias 29 e 30 de Abril;

- a convite da CERCIMira, integrou o painel de oradores do seminário "Agentes de mudança, promotores de oportunidades", que decorreu em 30 de Abril;

- a convite da CERCIPom(bal), apresentou uma comunicação numa acção inserida no programa FACE – Formação de Agentes Facilitadores de Empregabilidade, em 21 de Abril;

- a convite da Nortecoope, dinamizou uma sessão de trabalho subordinada ao tema "A qualidade

da gestão – moda ou necessidade?", no dia 7 de Abril;

- em retribuição de uma visita da EC Coelho e Castro, 22 clientes da Formação Profissional participaram, em 30 de Abril, no Dia Aberto daquele estabelecimento.

- esteve, a convite da Escola EB 2/3 de Vila d'Este, com um pavilhão informativo na "Feira de profissões" dirigida aos alunos do 9º ano.

Internacional:

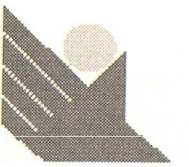
- no âmbito da comunidade de trabalho Norte de Portugal-Galiza, estabelecida com a COGAMI-"Confederación Gallega de Minusvalidos, reuniu-se com esta, em 16 de Abril, com vista à panificação das "I jornadas galaico-por-

tuguesas sobre inclusão social de pessoas com deficiência", a decorrer no 2º semestre deste ano;

- com vista à preparação do "GAVEA – navegar é preciso", que consiste numa viagem de circum-navegação da Península Ibérica em veleiro adaptado para pessoas com deficiência, realizou-se uma reunião de trabalho, em 30 de Abril, com as outras entidades parceiras em tal projecto.

Dádiva de sangue:

- no seguimento do que já vem acontecendo há anos, foi levada a cabo pelos seus colaboradores, no dia 26 de Abril, mais uma dádiva de sangue, o que se enquadra na estratégia de cidadania empresarial do CRPG.



Associação Desrespeito pelos deficientes

"O que acontece com muita frequência é quando necessito de estacionar em lugares reservados para deficientes, estes encontram-se quase sempre ocupados por automobilistas ditos normais..."

Revista ACP, Maio de 2004

Câmara de Loures inaugura parque infantil adequado a pessoas com deficiência

"O presidente da Câmara de Loures, Carlos Teixeira, inaugura esta tarde o Parque Infantil de Salemas, remodelado no cumprimento de normas de segurança e acessibilidade. O parque fica junto à escola do Ensino Básico e Jardim de Infância de Salemas, uma pequena localidade da zona rural do concelho. Este novo equipamento foi erguido após a remodelação do anterior parque ali existente."

Público, 2004-05-05

Guerra na primeira pessoa

"João Carmona, responsável pela delegação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas em Castelo Branco, participou na Guerra Colonial entre 1967 e 69. Esteve em Moçambique e o stress de guerra é uma doença que desde então o persegue. Algo que combate com a actividade que desenvolve na ADFA, com as conversas com os amigos, procurando sempre ocupar os tempos livres. No último mês lançou um ciclo de colóquios em nove escolas do Distrito sobre a Guerra Colonial e o 25 de Abril."

www.reconquista.pt, 2004-05-06

Pensão honrosa

"O Conselho de Ministros vai decidir este mês qual o valor da pensão a atribuir aos cerca de 4000 antigos prisioneiros de guerra portugueses que combateram na Índia e em Timor. O anúncio foi feito ontem pelo Secretário de Estado da Defesa, Henrique de Freitas, junto ao Monumento do Antigo Combatente, em Belém, Lisboa."

Correio da Manhã, 2004-05-10

Sampaio estranha «tanta confusão»

"O presidente da República manifestou ontem a sua estranheza com a polémica política gerada na quinta-feira em torno das alegadas contradições entre o primeiro-ministro e o ministro da Administração Interna sobre a presença da GNR no Iraque."

Diário de Notícias, 2004-05-15

A justificação da guerra é de carácter moral e político

"O general Garcia Leandro surpreendeu na semana passada a opinião pública com uma declaração bombástica: o que se está a passar no Iraque é o «desastre total»."

Público, 2004-05-17

Portas acusado de gerar revolta dos militares

"A Associação Nacional de Sargentos (ANS) acusa o ministro da Defesa, Paulo Portas, de estar a «acabar com a fé (dos militares) e transformar os crentes em revoltados» por não cumprir as promessas feitas."

Público, 2004-05-17

Museu Quinta de Santiago guia deficientes visuais

"A ideia de um invisual visitar um museu e desfrutar em pleno do que lá está é, no mínimo, rara. Contudo, a Câmara de Matosinhos quer-lhe dar mais frequência, e exemplo disso é o projecto-piloto que está a ser desenvolvido no Museu da Quinta de Santiago, em Leça da Palmeira."

Diário de Notícias, 2004-05-19

Inventor ofereceu patente a Associação de Apoio a Deficientes

"Um inventor do Fundão, Fernando Gonçalves, ofereceu à delegação local da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Diminuído Mental (APPACDM) a patente de um veículo de apoio a pessoas com deficiência, premiado no Salão de Genebra."

Público, 2004-05-25

Militares exigem respeito pela lei

"Uma delegação de elementos das Forças Armadas entregou ontem no Parlamento uma petição bastante crítica em relação à actuação do Ministério da Defesa, tutelado por Paulo Portas. Os militares acusam o ministro de não «zelar pelos interesses» do sector e pedem à Assembleia que «faça sentir ao Governo que as leis são para cumprir», segundo disse aos jornalistas o general Ferreira Pinto, da Associação dos Militares na Reserva e na Reforma (ASMIR)."

Diário de Notícias, 2004-05-28

Sargento em greve de fome

"Um antigo primeiro-sargento pára-quedista iniciou ontem uma greve de fome nas imediações do Ministério da Defesa, protestando contra o facto de estar à espera de lhe ser concedida a desvalorização respeitante a doença profissional."

Correio da Manhã, 2004-05-28

Pretendendo o ELO dar um maior destaque ao desporto para deficientes, nomeadamente porque se aproximam os "jogos paraolímpicos" (*), época sempre de grande relevo para a nossa célebre "auto-estima", tem a redacção, através da sua jornalista estagiária, acompanhado algumas actividades a ele ligadas, muito em especial as que referem a "Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes" - FPDD. Dado, no entanto, que a questão da organização/optimização do espaço é um problema por vezes bem complicado, ainda não tinha sido possível cumprir esse desejo. Agora, procurando recuperar alguns acontecimentos de maior importância, vamos, ainda que de forma resumida, dar notícia da preparação da equipa "de todos nós", relembrando, como curiosidade, que foi em parte graças ao empenho do nosso jornal, que pela primeira vez, em Espanha/1992 ("Paraolímpicos" e "Special Olympics", em Barcelona e os chamados "Jogos do Coração", em Madrid), os jornais desportivos portugueses acompanharam os vários encontros (que para grande parte dos participantes não são considerados propriamente como competição...), com repórteres especiais no local, os quais tiveram a amabilidade de, no final, escrever artigos únicos para o ELO (ver nº 215/Novembro de 1992).

FPDD organiza seminário

A Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD), organizou, um Seminário subordinado ao tema "Os Media e os Jogos Paraolímpicos Atenas 2004", no passado dia 15 de Março, no auditório da RDP, em Lisboa.

Na cerimónia estiveram presentes, o presidente da FPDD, António Neves, que procedeu à abertura do encontro, o chefe da missão portuguesa em Atenas, Jorge Carvalho, o director de marketing, Pedro Ribeiro, Cristina Esteves e o jornalista e atleta paraolímpico, Tony Garrett.

Na cerimónia inaugural dos Jogos Paraolímpicos de Atenas 2004, deverá estar o futebolista internacional português Luís Figo, na qualidade de embaixador do movimento paraolímpico, adiantou a FPDD.

Na lista das novidades lusas para o campeonato de Atenas, está a participação de um cavaleiro na modalidade de equitação, para além, das já habituais modalidades, do ciclismo, do basquetebol, da boccia, do ciclismo, do futebol de sete e da natação. E também, o lançamento de selos comemorativos por parte dos CTT e a cobertura televisiva total, resultante de um acordo entre a FPDD e a organização dos Jogos Paraolímpicos.

Com o Projecto Super Atleta, a comissão organizadora pretende "ganhar uma maior notoriedade e re-

conhecimento público do desporto para deficientes" salientou Pedro Ribeiro. Pois o desporto para deficientes "é um direito à vida e um di-



reito à cidadania", sublinhou Jorge Carvalho.

Por seu lado, o presidente da FPDD afirmou que a missão portuguesa em Atenas não vai ser só a nível desportivo: "É nossa intenção aproveitar estes dias para marcar uma presença não só a nível do desporto mas também levar um pouco da história e da cultura portuguesa".

O jornalista e paraolímpico Tony Garrett, deixou um recado: "Não podemos dar atenção só aos atletas conhecidos mas sim a todos os participantes, pois deve-se levar o desporto para deficientes muito a sério".

Recorde-se que Portugal participou em jogos paraolímpicos desde 1984, embora, no entanto, só desde 1996 é que tal foi integrado num projecto de alta competição.

Campeonato Nacional de atletismo para deficientes motores e visuais

Realizou-se, nos passados dias 8 e 9 de Maio, no complexo desportivo da Covilhã, o Campeonato Nacional de atletismo para deficientes motores e visuais. Uma prova a contar para a qualificação dos jogos

paraolímpicos de Atenas. Estiveram presentes vários desportistas medalhados nos paraolímpicos de Sidney 2000, entre os quais Carlos Lopes, Paulo Coelho, Carlos Ferreira e José Monteiro.

Monitores têm formação para orientar deficientes

Cerca de 25 monitores, da zona Norte, tiveram, no passado dia 22 de Abril uma sessão de formação, em Vila Nova de Gaia, para orientarem deficientes no ténis de mesa, na categoria de nível zero.

O mesmo aconteceu, em Lisboa, a um grupo de 19 monitores, da zona

Sul, no passado dia 26 de Março, que tiveram uma sessão de formação que ocorreu no estádio Alvalade XXI, e que contou com instrutores de várias instituições de ensino especial.

Esta foi mais uma iniciativa da ANDDEM.



Medalhas,
esferográficas
e isqueiros do 30.^o
aniversário à venda
nas delegações

CP apoia movimento Paraolímpico

No passado dia 11 de Maio, a CP-Caminhos de Ferro, a EP e a Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD), promoveram uma iniciativa conjunta com o intuito de apresentar alguns dos atletas que vão participar nos paraolímpicos de Atenas 2004. A apresentação foi feita numa viagem de comboio entre Lisboa e Porto, onde os atletas foram convidados a visitar o Estádio do Dragão, recinto do FCP.

Na comitiva estiveram presentes o presidente da FPDD, coronel Neves, representantes da CP, atletas das várias modalidades paraolímpicas (atletismo, boccia, ciclismo, natação e equitação) e a mascote oficial do Movimento Paraolímpico de Portugal em Atenas, o Bicas.

A viagem teve início na estação de Santa Apolónia, em Lisboa, às 08H55 e efectuou paragens em Coimbra e Aveiro, onde entraram alguns dos desportistas para se juntarem à comitiva. A chegada ao Porto deu-se por volta das 12H37, na estação de Campanhã. Depois, numa viagem de autocarro, disponibilizada pelos serviços de Transportes Colectivos do Porto, os participantes deslocaram-se até ao Estádio do Dragão, onde se procedeu à visita. Um casal de funcionários do FCP fez as honras da casa, e apresentou o novo "ninho" do dragão.

A primeira coisa a conhecer foi o relvado e o campo, uma obra do arquitecto Manuel Salgado, e com capacidade para 52 mil lugares; depois seguiu-se os balneários com chão sintético; a sala do treinador, onde este faz os últimos acertos do jogo; a sala de aquecimento dos jogadores com 100 m² e chão sintético; o átrio onde estacionam os autocarros da equipa da casa e da visitante; a tribuna de honra; o camarote presidencial e a bancada H que é própria para deficientes em cadeiras de rodas, onde há lugar também para um acompanhante.

Ainda antes do almoço, houve tempo para umas lembranças mútuas, o FCP, através do vice-presidente do clube, ofereceu à FPDD, representada pelo presidente da Federação, uma salva, por seu lado a FPDD agradeceu o FCP com uma medalha e com uma camisola do Bicas.

O presidente da FPDD salientou que "o FCP é um dos clubes, que no nosso país, há mais tempo, tem uma secção de desporto adaptado, portanto também aqui o desporto para deficientes está enraizado, e por isso, é natural que entre desportistas, dirigentes e atletas, surja esta comunhão de interesses".

Atenas 2004

Os paraolímpicos de Atenas 2004 decorrem entre os dias 17 e 28 de Setembro, indo Portugal participar com um total de cerca de 90 pessoas, sendo que 42 são atletas. Na lista das novidades lusas para o campeonato de Atenas, está a participação de um cavaleiro na modalidade de equitação, para além das já habituais modalidades de ciclismo, de basquetebol, de boccia, de futebol de sete e de natação.

Os preparativos para a competição estão a ser feitos, ainda que algumas das coisas não estejam completamente definidas como é o caso do apoio financeiro, sobre o que afirma o presidente, coronel Neves: "O apoio financeiro, sob o ponto de vista oficial, está assumido, está programado, mas ainda não está concretizado.



BICAS

A Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, até agora, ainda não recebeu qualquer financiamento que diga respeito aos contratos-programa para a preparação da missão paraolímpica e para a participação da missão portuguesa em

Atenas", situação que está a complicar um pouco as coisas à Federação, pois os atletas têm que ter condições para se prepararem para a competição. "Está em jogo todo o financiamento para uma época desportiva que já começou em Setembro do ano passado; estamos a cinco meses dos jogos e portanto é com muita preocupação, que vemos as coisas a protelarem-se". Prosseguindo, disse também o presidente da FPDD: "Através do projecto Super-Atleta Atenas 2004, a Federação arrecadou alguns apoios particulares e conseguiu granjear a simpatia e a colaboração de empresas, o que funciona como um complemento daquilo que devia ser o apoio oficial do Estado. Sem este apoio dos patrocinadores não conseguiríamos, minimamente, preparar e levar a nossa missão paraolímpica com a qualidade e a dignidade que atletas deste nível, atletas de alta competição que vão representar Portugal, merecem."

Esta acção é desenvolvida, como escrito, no âmbito do Projecto Super Atleta Atenas 2004, do qual a CP é fornecedor oficial. Para além disto, a CP começou em Fevereiro uma campanha de angariação de fundos, através de um passatempo cujo prémio são três viagens duplas a Atenas e que conta com a participação da actriz Alexandra Lencastre e dos atletas paraolímpicos Susana Barroso e Firmino Baptista.

Atletas paraolímpicos

Os atletas paraolímpicos estão confiantes em relação à participação nacional em Atenas. Para alguns trata-se de uma estreia, para outros não. Mas, cada competição vale por si e o nervosismo não se consegue esconder.

Maria João é uma desportista da natação e já participou no Sidney 2000. Como resultados obteve o 5º lugar nos 200m livres, o 6º lugar nos 100m livres e o 7º lugar nos 50m livres, isto tudo com recordes nacionais. Treina todos os dias, três vezes ao dia, e ainda tem tempo para tirar um curso de formação. A sua maior preocupação, neste momento, é ter uma piscina de 50 metros disponível durante o mês de Agosto, para poder treinar. "Andamos um bocadinho aflitos, porque estamos a tentar ter uma piscina de 50 metros para treinar em Agosto. Não sei como é que está o panorama, já que os Jogos são em Agosto e, normalmente, o Estado vai todo de férias nesse mês, esquecendo-se que nós só vamos em Setembro. Portanto, não nos convinha nada ficarmos parados em Agosto, pelo menos ter à disposição uma piscina de 50m", salienta Maria João. Em Atenas, esta atleta ambiciona, e tem esperança de, melhorar as suas marcas de Sidney.

Em relação à visita ao estádio do FCP, Maria João acha ser "muito importante porque se aprovei-



ta a visibilidade que tem o F. C. Porto para mostrarmos que também existimos e que merecemos tratamento digno e divulgação, já que no fundo, nós também somos atletas de elite, também honramos o país além fronteiras".

Firmino Baptista vai concorrer na modalidade de atletismo, também ele não é um estreante, pois já participou em Sidney. Em Atenas quer chegar à final e acredita que: "Vou trazer uma medalha... não sei é qual é!".

Como estreia na participação em jogos desta categoria, vai o atleta Carlos Baptista Pereira, pela equitação adaptada, também estreia nacional. A última prova em que participou foi a contar para o Campeonato, na Sociedade Hípica, em Lisboa.

Nuno Vitorino também se vai estrear nos paraolímpicos de Atenas através da natação. O seu maior objectivo é ficar entre os dez primeiros na classificação final. Esta iniciativa de visitar o Estádio do Dragão "é um meio de conhecer e interagir com os colegas de competição das outras modalidades", sublinhou Nuno.

(*) - Paralímpicos ou paraolímpicos?

Creemos que durante anos ninguém questionou, verdadeiramente, a grafia agora em análise, vendo-se que sempre se usou, pelo menos em grande parte dos artigos do ELO, "paraolímpico". Porque actualmente aparece como que oficializada a forma "paralímpico", procurámos, com recurso à página "Ciberdúvidas da língua portuguesa" (que vivamente recomendamos: <http://ciberduvidas.sapo.pt/>), esclarecer tal dúvida. E assim, segundo a douta opinião dos consultores de tal programa, especialmente do professor Fernando V. P. da Fonseca, "Nunca paralímpico, mas sim paraolímpico ou mesmo parolímpico. O segundo elemento não é susceptível de perder a vogal inicial (olímpico). Embora se veja para aí a primeira grafia, não deixa de ser (como costume afirmar!) um mamarracho!" ou, Maria Celeste Ramilo, "Em suma, "paralímpico" não aparece em nenhum dicionário de referência, que resultaria da ligação do prefixo [para-] + (o)límpico (com a aférese do o- de olímpico), facto pouco provável. Poderia aventar a palavra "parolímpico" >(par(a)-) + olímpico, com formação idêntica à palavra parastatal constituída pela ligação da abreviatura do prefixo (par(a)-) + o adjetivo estatal."

Enfim opiniões... que aqui no ELO se respeitam!



Mundiais de corta-mato curto para deficientes intelectuais (INAS-FID)

A selecção nacional da ANDDEM, através da sua equipa masculina, conquistou o 1.º lugar nas competições de corta-mato curto, para deficientes intelectuais, que se realizaram em Cape Town, na África do Sul, entre 14 e 18 de Abril.

No segundo dia de provas, a equipa das "quinas" arrecadou o 2.º lugar na competição do corta-mato longo, sagrando-se campeã a equipa da casa com menos cinco pontos que Portugal.

O atleta luso António Soares foi quem mais se destacou entre a comitiva portuguesa, pois ainda conseguiu arrecadar uma medalha de bronze.

Depois, o mais próximo, foi António Mariz que cortou a meta em sexto lugar.

A equipa feminina, por sua vez, conquistou duas medalhas de bronze, no corta-mato curto e no longo, respectivamente.

Assim, no total, a equipa nacional da ANDDEM conquistou uma medalha de ouro, uma medalha de prata e quatro medalhas de bronze.

Portugal esteve representado por 10 elementos, oito atletas e dois técnicos/dirigentes, tendo sido esta a segunda vez que se disputou um Campeonato do Mundo desta categoria.



Carta aberta ao Conselho Nacional, à Direcção Nacional e a todos os associados (1/3)

"A traição assumida e descarada quando não esperada"

Sou incomodo para muita gente, ainda bem!!

É bom sinal!!

Sou leal nas lutas e para com os outros!!

É assim que sei estar!!

Sou lutador, rebelde, radical, incondicional e inconformista!!

Sou objectivo e não deixo dúvida!

Sou frontal, sem medo, mas com respeito!!

É assim, que eu sou!!

A falta de coragem em mim não mora !!

Que o digam os que me contestam!!

A falta de coragem nesta casa é por demais evidente!! Só não vê quem não quer!! Eu vejo!!

01º A minha não inclusão, em nenhuma das Listas Candidatas ao Conselho Nacional, leva-me a pensar que ser ordeirinho, ouvir e calar é condição essencial!! Como é sabido comigo não resulta!

02º Nunca é tarde para aprender!! "Fico muito frustrado"! Mas fico também convencido de que os verdadeiros lutadores não precisam de medalhas, nem de assento em cadeiras viciadas e mal tratadas ao longo do tempo pela incúria e desleixo assumido e consentido!!

Mas sim olhar no espelho, sorrindo para si mesmo dizendo; e esta hen.

03º Na ADFA por vezes não existe a capacidade de compreender que ser diferente não significa ser pior!! É pena mas assim mandam os inquisidores da nova era!! Pois é!

04º Nesta casa, muitas vezes não se cultiva a tolerância, nem muito menos as culturas da abrangência e da delicadeza!!

05º Muitas vezes fica-se muito longe da observação que está tão perto!! Muitas vezes não se vê por despeito!! E isso fica mal!!

06º Eu não sei lutar, nem participar em nada, sem convicção nem emoção.

07º Será que a minha inclusão em qualquer uma das duas listas para o Conselho Nacional a levaria à derrota eleitoral? A irreverência é irmã da incumbência!! Revejo-me em ambas.

"Repito"

08º Quando tiveres argumentos escolhe os melhores!! Quando não os tiveres escolhe todos !!

09º A Falta de coragem de assumir a luta e a reivindicação!!

10º O egoísmo instalado está bem presente!! Só não vê quem não quer!

11º Quem está servido, quase sempre se esquece dos outros!! É evidente!

12º Parado, paradinho e quieto isso não é para mim!! Na ADFA é usual!! É um facto concreto na ADFA!!

13º É aberrante, mórbido, voraz e medieval a forma como os lobys de interesse se perfilam e actuam dentro da ADFA!! Culpados: todos os sócios que ao longo dos anos têm consentido esta barbárie!! Não lutando com convicção e força para que a ADFA seja de todos!!

14º Para a minha não inclusão numa ou outra das listas para o Conselho Nacional; acho que foi feita uma concertação!! E como tal "se o Rolando Silva incomoda muita gente ficando no Conselho Nacional incomodaria muito mais!!"

15º O jogo está viciado!! Os lobys estão instalados e estão activos, impunes e imunes!! Eu não estou nem nunca estive ligado a qualquer loby!! Sou contra grupos, grupinhos e grupelhos!!

16º Falta muita coragem a certas pessoas dentro da ADFA!! A outras sobra-lhes decoro, hipocrisia e arrogância!! Quanto baste!! Alguns falam com Medo!!

Outros falam baixo para que ninguém oia. Existe medo dentro da ADFA!! Mas para mim ser sócio da ADFA e estar "Calado" só porque os outros querem está fora de questão!! Quem tem medo fica em casa.

17º Com razão vou até ao fim, sem medo: Aliás já o provei!! Não tendo razão baixo a "Marreca" peço desculpa e ab-dico!!

18º Fica porém no ar a seguinte questão: porque será que durante os cerca de cinco anos que levo de associado desta casa, quase toda a gente fala para mim de uma forma correcta e até sorridente e agora sinto que estou a ser contestado!! Com o andar da "carroça" talvez venha a ter conhecimento dos porquês!!

19º Gostaria de lembrar o seguinte: a hipocrisia denigre a imagem de quem a pratica!! A partir de hoje vou olhar para o semblante de cada um que encontre na ADFA, com a finalidade de ver se vejo a hipocrisia de alguns à flor da pele!!

20º O "Justo" nunca tem medo!! Como eu tenho sentido de justiça apurado quanto baste, só tenho medo da justiça de Deus!!

Rolando Ferreira, sócio n.º 14245

Império Autocenter
Nº1 EM CENTROS AUTO

A Império Autocenter é uma rede de lojas que conta com cerca de 45 estabelecimentos de norte a sul, onde é possível efectuar toda uma série de serviços (pneus e serviços associados, focagem de faróis, testes de amortecedores) e adquirir componentes automóveis (baterias, amortecedores, sistemas de travagem, escapes, pára-brisas e outros), lubrificantes, carregamento de ar condicionado e auto-rádios.

Rede de Lojas:

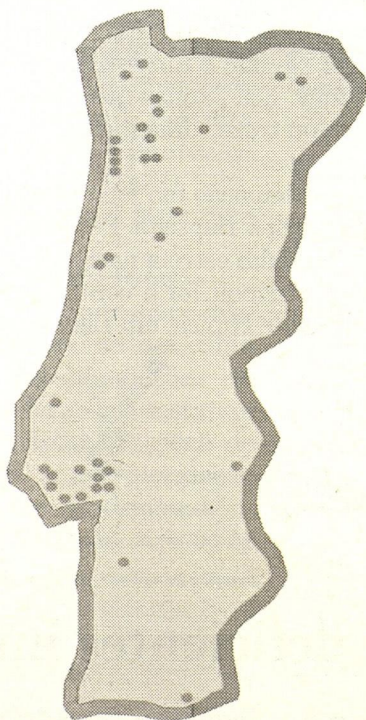
Zona Norte: Vinhais, Bragança, Chaves, Vila Real, Braga (5 centros), Ponte de Lima, Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, Barcelos, V. N. Famalicão, Santo Tirso, Guimarães, Lordelo, Valongo

Zona Centro/Norte: Maia, Matosinhos (3 centros), Porto, V. N. Gaia, Aveiro - Cacia, Coimbra - Eiras, Viseu, Leiria (2 Lojas), Caldas da Rainha

Zona Sul: Lisboa - P. Stº Adrião, Lisboa - Sacavém, Lisboa - Algés, Lisboa - Cidade (4), Sintra - Trajouce, Alhandra, Palmela, Seixal, Vila Viçosa, Faro (2 centros)

Centro de Operações - Telefone: 253 240 640

Rede de lojas Império Autocenter



PNEUS:

1º desconto de 38% s/ a tabela oficial das marcas:

- Toyo
- Hankook

2º Desconto de 50% s/ a tabela oficial da marca:

- Rolltec

SERVIÇOS:

3º Desconto de 20% s/ tabela de preço de venda ao público:

- Serviços prestados

OUTRAS MARCAS/PRODUTOS:

4º Desconto de 10% s/ os preços praticados ao balcão

LUBRIFICANTES:

5º Desconto de 5% s/ os preços praticados ao balcão

HELP LINE

808 20 15 16

Em

www.adfa-portugal.com

está à disposição
o renovado sítio
na net, da ADFA,
interactiva.

Pareceres

e sugestões são bem

vindos!

DIA 6

Companhia de Engenhariaia 1756
(Angola 1967/1969)
Convívio em Fátima.
Contactos: José Paulo - tm. 934 175 097

Companhia de Caçadores 191
(Angola 1961/1963)
Convívio em Viseu.
Contactos: J.C. Mendes - tlf. 254671120 - tm. 934718826

Companhia de Artilharia 1703
(S. Tomé e Príncipe 1967/1969)
Contacto: tm. 939 310 765

Companhia 1704
(1967/1969)
Convívio em Coimbra.
Contacto: Lopes - tm. 966 660 456

Batalhão 774
Almoço de confraternização em Conímbriga - Condeixa.
Contactos: tm. 967 543 695 - tlf. 239 983 182

Ex-militares da Ilha do Sal
(Cabo Verde 1968/1970)
Contacto: Jorge Silva - tlf. 239645414 - tm. 938415828

DIA 10

Companhia de Caçadores 3321
(Angola)
Almoço no Funchal.
Contactos: tm. 962 716 347 - tm. 967 081 453

Batalhão de Caçadores 749
(CCaç 746/747/748)
Convívio em Vagos.
Contacto: Manuel Ferreira - tm. 919 594 499

Batalhão de Caçadores 1910
(Angola 1967/1969)
Convívio em Anadia.
Contactos: tlf. 229 747 998 - tm. 916 064 742

Companhia de Artilharia 1513
(Moçambique 1966/1968)
Convívio em Fátima.
Contacto: Monteiro - tm. 917 583 479

Encontro Nacional de Pára-quedistas
Encontro na Batalha.

PONTO DE ENCONTRO

"No reencontro periódico de ex-combatentes, a par do forte sentimento/memória que os une em torno de um período marcante das suas vidas, e certamente das dos seus próximos, a reafirmação de uma solidariedade que ainda é a força de uma geração".

DIA 12

Companhia de Caçadores 1567
(Guiné 1966/1968)
Contactos: Amândio Amorim - tlf. 234 083 031 ou Manuel Pereira - tlf. 234 197 914

Companhia de Engenhariaia 814
Convívio em Santarém.
Contactos: tm. 962 443 531 - 919 682 819

Companhia de Caçadores 415
(Angola)
Convívio no Castelo de Palmela.
Contactos: Pombo - tm. 919 068 303 ou Letras - tlf. 212 166 865

Bateria Antiaérea 2767
(Angola 1970/1972)
Contacto: Barradinha - tm. 965 265 541

Companhia de Caçadores 3513
(Angola 1972/1974)
Almoço/convívio em Sines.
Contacto: Garcia - tm. 966 523 376

Batalhão de Caçadores 554
(Angola - Cabinda 1964/6)
21º almoço em Pombal.
Contacto: Antero - tm. 917 140 598

DIA 13

Companhia de Caçadores 1669
(Moçambique 1967/1969)
Contactos: tlf. 262 958 050 - tm. 936 165 035

DIA 19

Companhia de Engenhariaia 1575
(Moçambique 1966/1968)
Convívio em Vila Franca de Xira.
Contactos: tlf. 281 961 636 - tm. 918 403 497/963 147 607

Batalhão de Caçadores 2875
Convívio em Amares.
Contacto: tlf. 253 263 864 - tm 932 861 874

Companhia de Caçadores 794
(Angola 1965/1967)
Convívio em Monção.
Contactos: Nuno - tm. 967 332 014 - tlf. 210 852 005

Batalhão de Caçadores 1898
(Angola)
Reunião em Viseu.
Contactos: ex-alferes Varela - tm. 965 634 988

Comando de Agrupamento 2962
(Moçambique 1969/1971)
Convívio em Miranda do Corvo.

Companhia de Caçadores 2699
(Guiné 1970/1972)
Almoço/convívio em Pombal.
Contacto: Adelino Fernandes - tm. 937 269 251

Batalhão 1916
(Moçambique 1967/1969)
Convívio em Chaves.
Contacto: Ruivo - tm. 917 363 275

Companhia de Caçadores 2404
(Guiné 1968/1970)
Contacto: Guerreiro - tm. 962 343 101

DIA 20

Batalhão 260
(Moçambique 1961/1964)
Almoço/convívio em Coimbra.
Contacto: Seco - tm. 933 287 177

DIA 26

Companhia de Caçadores 3465
(Moçambique - Doa - 1971/1973)
2º encontro, em Leiria.
Contacto: tlf. 253 417 251

CCS - Batalhão de Cavalaria 8324
Contacto: Custódio - tm. 964 472 480

Batalhão de Caçadores 380
(Angola 1963/1964)
Almoço/convívio em Setúbal.
Contacto: Carvalho - tm. 938 457 330

Companhia de Caçadores 366
(Macau/Moçambique)
Convívio em Ceira (Coimbra).
Contacto: Vieira - tm. 917 675 245 - tlf. 239 923 522

DIA 29

Companhia de Artilharia 2324 - "Os Lobos" (Moçambique)
Contacto: Acácio - tm. 917 786 386

Pelotão de Polícia Militar 1203-CPM2343

Realiza-se em Junho o almoço/convívio.
Contactos: tm. 917 541 467

JULHO

DIA 3

32ª Companhia de Comandos
Encontro de Companhia
Contactos: Carlos Martins - tlf. 275962090, tm. 962638500 (todo o dia); ten.cor. Rodrigo Moura - tlf. 214961519 (partir 18 horas)

DIA 4

Batalhão de Artilharia 701
39º convívio, em Braga.
Contactos: Emídio Soares: tlf. 229 516 931

DIA 10

Companhia de Cavalaria 8350
(Guiné 1972/1974)
Convívio na Maia.
Contacto: Carvalho - tm. 968 344 188

Companhia de Caçadores - Batalhão do Aço

(Angola 1961/1963)
5º almoço/convívio em Tomar.
Contactos: tm. 963 321 504 - tlf. 249 312 979

Batalhão 400

(Angola 1962/1965)
Convívio em Ponte de Lima.
Contactos: tm. 917 033 592 - tlf. 219 563 180

DIA 11

Pelotão de Morteiros 30/28
Reunião em Lousada.
Contactos: tlf. 255 814 718

DIA 23

Ex-combatentes da Golegã
Pelas 21 horas, realiza-se um colóquio sobre a "Guerra colonial e o stress de guerra" no Auditório Engº Ricardo Magalhães, no edifício da Equuspolis.
Informações: tlf. 213 808 000

DIA 31

CCS 455 - "Os Falcões"
Convívio em Mira.
Contacto: Ribeiro - tlf. 231 455 515

Episódios de guerra

Neste espaço, no último ELO fez-se um apelo a que nos mandassem episódios, fotografias e outros documentos que, às novas gerações, mostrassem a realidade do que temos a obrigação de tentar ajudar a evitar que se repita.

Como reforço, e por curiosidade, transcrevemos o que fomos encontrar já no ELO nº 219, de Março/93, passam já 11 anos.

"As guerras e outras coisas mais, não são para esquecer"

No ELO de Dezembro passado apareceu um espaço com o título acima, o qual, apoiando-se em dois textos, também então publicados - «Conto de Natal» e «Testemunho de um contributo» -, se justificava «pois são questões não só para esquecer como, principalmente para serem recordadas como fundamental valor para debate...», terminando com a afirmação/esperança «Se tivermos a coragem de assumir integralmente o passado, no que ele teve de bom e de mau, gritando ao futuro mais os erros do que os êxitos, talvez ele possa ser bem melhor do que o presente.»

Entende-se ser necessário, cada vez mais, não por sadomasoquismo mental ou expiação de culpas, relembrar um passado que ainda relativamente recente já viu nascer uma geração que, adolescente hoje - portanto sem uma consciência directa do que é uma guerra, antes julgando-a apenas povoada de heróis e de tecnologia -, começa a enfrentar responsabilidades e a preparar-se para assumir funções próprias na sociedade, resolveu ELO tornar esta rubrica permanente, colo-

cando-a à disposição de todos os seus leitores e indo até ao encontro de sugestões que lhe vêm sendo feitas.

Todos os que viveram a trágica situação de um conflito armado têm a obrigação, senão imediatamente após, logo que atingida uma outra idade e razão, de denunciar as causas erradas, as situações vividas, a realidade dramática e desumana, a par de informar sobre as consequências físicas e morais que tantos anos depois subsistem, agravando-se umas e outras tantas vezes ao desespero, à ruína, à solidão, mesmo as suicídio.

Não se julgue esta secção como a preencher por cartas quer queixosas quer acusadoras, mas sim com artigos e estórias que mostrem, porque casos vividos e sentidos, uma realidade que tantas vezes é escondida ou subvertida por quem cumpriu e por quem ordenou, numa atitude egoísta, para não lhe chamar outra coisa, que apenas poderá conduzir as novas gerações a acreditarem que a guerra é apenas «acção» como mostram os filmes, havendo os «bons» e os «maus», sendo o «nosso lado» sempre

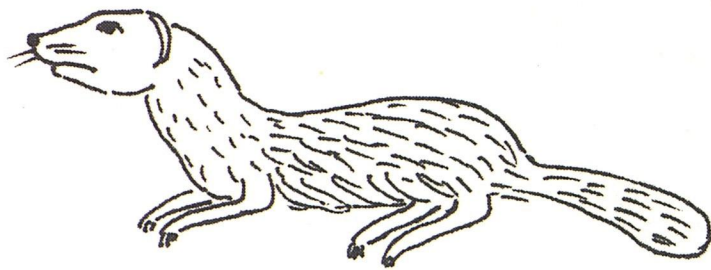
o vencedor, até porque sempre com a «razão». E se alguma coisa correr mal e se revelar excessiva, lá está a velha desculpa do «cumprir ordens»...

Neste ELO não nos vamos alongar mais sobre este assunto, já que a sua discussão tem dado para livros, seminários, congressos, reuniões internacionais... e as guerras continuam. Será, afinal, inútil debruçarmo-nos sobre o tema? Porque cremos que não, e que todos os testemunhos e opiniões, incluindo as das «companheiras» e dos «juniores», são importantes, mesmo fundamentais, é que decidimos tornar regular um título que apareceu para marcar, inicialmente, um modo de sentir sobre um determinado período do ano.

Comecem a lembrar-se, melhor, exorcizem os vossos fantasmas, vasculhem os baús à procura de recordações, fotografias, aerogramas... escrevam e mandem-nos os vossos relatos.

NA MEMÓRIA REVIVIDA DOS PAIS, UMA LIÇÃO DE PAZ E SOLIDARIEDADE PARA OS FILHOS".

ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES



NOME CIENTÍFICO:
MARTES FOINA
NOME VULGAR:
FÚINHA

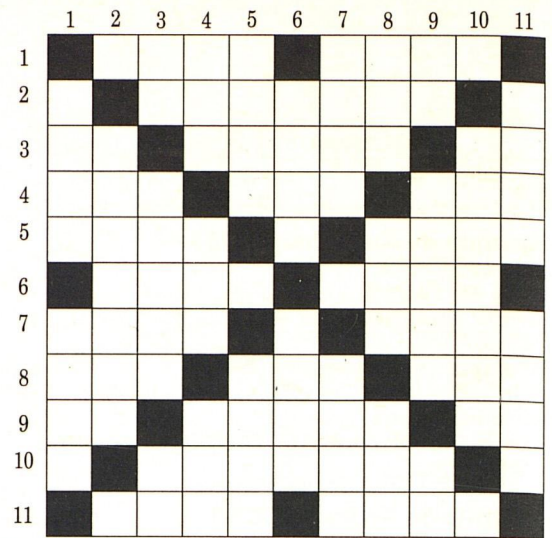
METE O NARIZ EM TUDO,
MAS SÓ PARA FAZER ESTRAGO

SOLUÇÕES
HORIZONTAIS

1 - Rima; dito. 2 - Velhada. 3 - ET; atado; ar. 4 - Ar; ajo; ano. 5 - Rira; anca. 6 - Neto; Elió. 7 - Otao; asas. 8 - Mas; meã; aos. 9 - Ao; idade; SS. 10 - Velhice. 11 - Dili; rosa.

VERTICAIS

1 - Tear; Omar. 2 - Trintão. 3 - IV; áreas; VI. 4 - Meã; ato; jel. 5 - Alta; MDL. 6 - Haja; Leah. 7 - Dado; adir. 8 - Ido; ala; elo. 9 - Tá; sanosa; es. 10 - Anciã. 11 - Proa; SSSS.



HORIZONTAIS

1 - Aparelho para tecer; nome de homem. 2 - Homem de trinta anos. 3 - Quarto; superfícies; sexto. 4 - Média; amarro; regra (inv.). 5 - Elevada; 1551. 6 - Exista; nome de um conto. 7 - Oferecido; agregar. 8 - Passado; fila; gavinha. 9 - Bastal; idosa; existes. 10 - Velhos. 11 - Parte da frente; quatro consoantes iguais.

VERTICAIS

1 - Verso; falado. 2 - Conjunto de velhos. 3 - Extraterrestre; amarrado; atmosfera. 4 - Altar; actuo; espaço de tempo. 5 - Sorrisa; quadril. 6 - Filho do filho; santo dos ourives. 7 - Imperador alemão; membros das aves. 8 - Objeção; nem grande nem pequena; áqueles. 9 - Contração; tempo de vida; milícia nazi. 10 - Idade avançada. 11 - Capital de Timor; flor.

VENDA DE AUTOMÓVEIS			VENDA DE AUTOMÓVEIS			VENDA DE AUTOMÓVEIS		
VOLKSWAGEN			AUDI			CORSA		
MODELO	P. BASE	PVP	MODELO	P. BASE	PVP	MODELO	P. BASE	PVP
LUPO			AUDI A2			1.0 3P 12V ESSENTIA 8.940,87 12.891,83		
1.0 Conceptine 50Cav	8.507,67	12.352,83	1.4 75 CV Atracion	14.372,53	21.973,61	1.0 5P 12V ESSENTIA	9.235,09	13.241,83
1.4 Highline 75 Cav Cx Automatica	12.114,84	19.167,97	1.4 TDI 75 CV Atracion	15.344,87	23.461,61	1.2 3P 16V ENJOY	9.309,81	14.208,58
1.2 TDI 3 Lts. 61 Cav	11.672,81	16.941,82	1.2 TDI 61 CV Atracion	18.102,81	24.701,57	1.2 5P 16V ENJOY	9.603,93	14.558,58
1.4 TDI 3 Lts. 75 Cav Conceptine	10.771,91	17.900,79	1.4 TDI 90 CV Advance	18.719,66	27.477,61	1.4 3P 16V SPORT	12.143,83	18.988,33
POLO			AUDI A 3 GASOLINA			1.3 3P CDTI ESSENTIA 10.898,12 16.312,66		
1.2 Conceptine 65 Cav 3P Ac	10.856,27	15.989,76	1.6 ATT 3 P	18.429,67	29.056,00	1.3 5P CDTI ESSENTIA	11.192,23	16.662,65
1.2 Conceptine 65 Cav 5P Ac	11.105,58	16.286,44	1.6 Sport 3	20.779,22	31.777,00	1.3 3P CDTI ENJOY	11.486,35	17.012,66
1.4 Highline 75 Cav 3P	12.537,68	19.671,14	2.0 Atracion 150 Cav 3 P	21.210,57	36.312,99	1.3 5P CDTI ENJOY	11.780,47	17.362,66
1.4 Highline 75 Cav 5P	12.916,36	20.121,77	2.0 Sport 150 Cav 3 P	23.497,13	39.034,00	1.7 3P CDTI SPORT	13.097,87	23.453,47
1.4 TDI Confortline 75 Cav 3P Ac	13.966,08	21.701,85	2.0 TDI Atracion 140 Cav 3 P	20.652,14	35.483,00	ASTRA		
1.4 TDI Confortline 75 Cav 5P Ac	14.125,24	21.891,25	2.0 TDI Sport 140 Cav 3 P	22.938,69	38.204,00	1.4 4P SELECTION	12.813,18	20.043,38
1.9 TDI Sport 100 Cav 3P	16.714,32	29.873,94	1.9 TDI Ambiente 105 Cav 3 P	19.952,61	33.906,00	1.4 5P SELECTION	12.624,10	19.818,38
GOLF			1.9 Sport 105 Cav 3 P	22.239,16	36.627,00	1.7 DTI 4P SELECTION	13.749,13	24.228,47
1.4 Trendline 3P 75 Cav	13.056,63	20.479,09	AUDI A4 GASOLINA			1.7 DTI 5P SELECTION	13.576,86	24.023,47
1.4 Trendline 5P 75 Cav	13.387,54	20.908,57	1.6 102 Cav	22.329,65	33.622,01	1.7 DTI 3P SPORT	14.442,40	25.053,46
1.6 Sport	19.079,29	29.797,01	1.8 163 Cav	26.657,84	40.696,00	1.7 DTI 5P SPORT	14.908,79	25.608,47
1.6 Sport Cx Tiptronic	20.456,65	31.436,06	AUDI A4 GASOLEO			2.0 DTI 5P SPORT	14.935,77	28.835,97
1.9 TDI 105 Cav Trendline Pak 3P	16.645,50	29.982,44	1.9 TDI 130 Cav cx 6	24.872,78	39.761,01	2.0 DTI 4P AUTOMATIC	13.776,11	27.455,98
1.9 TDI 105 Cav Trendline Pak 5P	17.110,03	30.535,23	1.9 TDI 100 Cav	23.119,84	37.675,01	ASTRA CARAVAN		
1.9 TDI 105 Cav Cx 6V Trend Pak 5P	17.174,97	30.612,51	2.5 TDI 163 Cav	29.408,36	51.363,01	1.2 SELECTION	12.835,02	18.403,58
1.9 TDI 105 Cav Trend Pak Automatico	18.551,08	32.250,08	2.5 TDI V6 quattro 180 Cav	31.831,01	54.246,01	1.4 SELECTION	13.203,94	20.508,39
GOLF A 5			AUDI A4 AVAN GASOLINA			1.4 SPORT	14.535,87	22.093,39
2.0 TDI 140 Cav Confortline Cx 6 V 3P	19.302,82	33.889,21	1.6 102 Cav	23.506,96	35.023,01	1.7 DTI SELECTION	14.139,88	24.693,46
2.0 TDI 140 Cav Confortline Cx 6 V 5P	19.767,35	34.442,00	1.8 163 Cav	27.835,16	42.097,01	1.7 DTI SPORT	15.471,82	26.278,87
2.0 TDI 140 Cav Confortline Cx Auto. 5P	21.145,94	36.082,53	AUDI A4 AVAN GASOLEO			2.0 DTI SPORT	15.498,80	29.505,98
GOLF VARIANTE			1.9 TDI 130 Cav Cx 6	26.050,09	41.162,00	2.0 DTI AUTOMATIC	14.166,87	27.920,98
1.4 Confortline JE/AC 75 Cav	16.029,16	24.016,39	1.9 TDI 100 Cav	24.297,15	39.096,01	MARIVA		
1.9 TDI Confortline A/C 100 Cav	16.812,79	30.181,52	2.5 TDI 163 Cav	30.585,67	52.764,01	1.6 ENJOY	11.486,28	20.625,66
1.9 TDI Confortline A/C 100 Cav Tiptronic	17.309,97	30.773,16	2.5 TDI V6 quattro 180 Cav	33.008,36	55.647,01	1.7 CDTI ENJOY	13.173,50	23.543,47
1.9 TDI Sport Pacific 130 Cav Cx 6V	18.634,15	32.348,94	AUDI A6 GASOLINA			1.7 CDTI COSMO	13.551,65	23.993,47
1.9 TDI Sport Pacific 130 Cav Tiptronic	20.796,98	34.922,70	1.8 T 150 Cav	31.484,73	46.559,00	ZAFIRA		
PASSAT			2.4 170 Cav	33.063,09	54.766,00	1.6 7 LUGARES ELEGN	16.494,69	26.585,67
1.6 Confortline 102 Cav	19.204,23	30.033,66	AUDI A 6 GASOLEO			2.0 DTI MONOVOLUME	16.776,11	31.025,98
1.9 TDI 100 Cav Confortline	19.769,93	33.819,51	1.9 TDI 130 Cav	31.935,80	48.285,00	2.0 DTI 7 LUGARES EL	17.977,79	32.455,98
1.9 TDI 130 Cav Confortline Plus 03	22.195,03	36.705,38	2.5 TDI 163 Cav	33.973,07	56.914,01	2.2 DTI ELEGANCE	17.948,74	34.251,78
1.9 TDI 130 Cav Conf Plus Tiptronic	23.727,27	38.528,75	2.5 TDI quatro 180cav	37.758,78	61.419,01	VECTRA		
2.0 TDI 136 Sportline	27.178,88	43.380,72	2.5 TDI Tiptronic	36.236,91	60.674,01	1.6 CONFORT 4P	16.133,34	26.155,66
PASSAT VARIANT			AUDI A6 AVANT GASOLINA			1.8 GTS 5P	18.622,85	31.165,62
1.9 TDI 100 Cav Confortline	21.004,96	35.289,20	1.8 150 Cav	33.152,80	48.554,00	2.0 DTI CONFORT 4P	16.683,67	30.915,97
1.9 TDI 130 Cav Confortlin Plus	23.430,07	38.175,08	2.4 170 Cav	34.732,00	56.752,00	2.2 DTI ELEGANCE	18.074,79	34.401,78
1.9 TDI 130 Cav Confortline Plus Tiptronic	24.963,56	39.999,93	AUDI A 6 AVANT GASOLEO			VECTRA CARAVAN		
2.0 TDI 136 Cav Sportline	28.717,36	45.211,52	1.9 TDI 130 Cav	33.604,71	50.271,00	1.8 ELEGANCE	18.975,79	31.585,72
BORA			2.5 TDI 163 Cav	35.683,15	58.949,01	2.0 COMFORT	17.734,09	32.165,97
1.4 75 Cav Confortline	16.501,04	24.577,94	AUDI ALLROAD QUATTRO			2.2 ELEGANCE	19.125,21	35.651,78
1.9 TDI 100 Cav Confortline	18.499,07	32.188,19	2.5 TDI ALLROAD 180Cav	43.248,70	67.952,01	3.0 ELEGANCE	22.684,68	48.026,00
1.9 TDI 100 Cav Tiptronic	19.888,97	33.842,17	2.7 T 250 CV	50.155,45	77.642,00	SIGNUM		
1.9 TDI 130 Cav Highline Cax 6V	21.016,60	35.184,05	OPEL			1.8 5 PORTAS	20.400,16	33.280,72
1.9 TDI 130 Cav Tiptronic	22.115,50	36.495,31	AGILA			2.2 5P DTR 125 CAV	20.553,79	37.351,79
TOURAN 5 LUGARES			1.0 12V 3P ESSENTIA	7.310,72	10.951,83	3.0 5P DT 177 CAV	24.109,05	49.721,00
1.9 TDI 100 Cav Trendline	20.446,46	34.564,13	1.2 16 V 5P ENJOY	7.797,21	12.408,58			
2.0 TDI 136 Cav Tendline	21.697,51	36.797,44	1.3 CDTI ENJOY 5 P	9.049,38	14.112,66			
2.0 TDI 136 Cav 7 Lugares	22.416,29	36.908,23						

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: BMW, Ford, Citroen, Mercedes, Honda, Skoda e Seat. Estas informações/vendas são tratadas através de Alberto Pinto, nas horas de expediente, das 10h00 às 14h00 pelos telefones 21 751 26 40, 21 751 26 00, 21 751 26 02 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 21 859 50 16 ou 91 618 65 40.

Benefícios para associados
Protocolos

A ADFACAR, através da Delegação de Famalicão e do Núcleo de Leiria, celebrou alguns protocolos para prestação de serviços e descontos aos associados, familiares e funcionários.

A Clípvoa - Clínica Médica da Póvoa de Varzim, S.A., de Lugar de Penouces, Beiriz, Póvoa de Varzim, presta serviços de ambulatório, internamento e bloco operatório em todos os seus hospitais e ambulatórios, com desconto de dez por cento sobre a tabela em vigor (excepto nas ressonâncias magnéticas, tomografia axial computadorizada (TAC), farmácia, armazém geral, anatomia patológica ou outros exames não efectuados pela clínica).

Atendimento na Póvoa de Varzim (Lugar de Penouces, Beiriz), em Vila Nova de Cerveira (Estrada Nacional, 13, Vila Meã), em Amarante (Edifício Golinho) e no Porto (R. Beato Inácio Azevedo, 61/85).

A Clínica Médico-Cirúrgica de Santa Tecla pratica um desconto de 15 por cento sobre a tabela de preços, no atendimento de clínica geral, quartos, enfermarias, salas de bloco operatório e partos e unidade de vigilância intensiva, medicina física e de reabilitação (tratamentos), exames auxiliares de diagnóstico, radiologia convencional, ecografia e osteodensitometria óssea.

O Hospital da Trofa presta, aos associados, às suas esposas, pais, filhos, genros/noras e netos, e aos funcionários da ADFACAR, cônjuges e filhos, "em termos de relacionamento preferencial e em condições economicamente mais favoráveis", serviços de consulta externa, urgência, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, fisioterapia, internamento e de blocos operatório e de partos, com um desconto de 15 por cento.

O acordo é extensível à Portoclinica, na Av. Fernão de Magalhães, Estádio das Antas, Porto.

O médico dentista Luís Claro, em Famalicão, efectua um desconto de dez por cento (nas consultas e tratamentos dentários) e de cinco por cento (em trabalhos de laboratório), aos associados e familiares com direito a ADM (com cartão de associado do titular e cartão de beneficiário das ADM).

A Ouroarte, de Famalicão, efectua um desconto de 15 por cento em armações, lentes e artigos de óptica.

A Optivisão - Óptica, Serviços e Investimento, S.A., atribui aos associados, familiares e funcionários descontos na aquisição de óculos graduados (aros e lentes), 20 por cento; lentes de contacto e óculos de sol, 15 por cento; outro material óptico, dez por cento; exames visuais, 20 por cento e prioridade na marcação. Na adaptação de lentes de contacto, oferta dos primeiros produtos de conservação, manutenção e esterilização de lentes, quando necessário.

Possibilidade de aquisição dos produtos (independentemente dos respectivos descontos) a crédito, em suaves prestações.

Nota: nos acordos com a Clípvoa, Clínica de Santa Tecla e Hospital da Trofa é necessário cartão de assistência médica próprio, a solicitar pela Sede, delegações ou núcleos à Delegação de Famalicão.

Nos acordos com o dentista, com o oculista Ouroarte e com a Optivisão, basta apresentar o cartão de associado com quotas em dia.

A IMAGRAM - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda presta serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Sede da Delegação de Coimbra.

A Rosóptica - Óptica Médica, Lda, de Leiria, presta serviços aos associados, cônjuges e aos filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA, com 20 por cento de desconto nos artigos (lentes e armações).

A Freire, Meireles & Parente, Lda presta os seus serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, desde que estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Delegação de Coimbra.

OPINIÃO



... a ti, meu filho...

Agora que se comemorou o 30º aniversário do 25 de Abril, parece-me oportuno dirigir-me a ti meu filho, mas também a alguns de gerações mais velhas, mas aparentemente desmemoriados.

Esta carta é para ti, daqui a pouco a completares 17 anos, mas também para muitos jovens como tu, que nasceram depois de Abril de 1974 e quantos deles também espantados por verem que os seus pais não eram exactamente como os pais dos colegas da Escola. Os pais deles tinham 2 braços, 2 pernas, viam, corriam e não tinham que ir tanta vez ao hospital! Sofreste logo à nascença a marreta do fascismo. Lembras-te? Porque não vens à praia correr comigo? Porque estás tanta vez doente? Porque, porque... Era a continuação da guerra, meu filho. Continuada mais subtilmente, mais silenciosa, mais aterradora.

Pareceu-me que seria uma maneira adequada de assinalar neste espaço o aniversário da Revolução dos Cravos, em vez de ocupar com outra coisa qualquer, ou discurso passadista que provavelmente se torna um bocado enfadonho para os da tua geração.

Em Julho de 1987, regressado de mais uma viagem de sucessivas viagens por enfermarias e salas de operações, tudo isto foi suplantado pelo júbilo de ver a família aumentada.

Entravas em campo para o jogo da vida, sem as bolanhas da Guiné, as picadas de Moçambique e as matas de Angola, o que me aliviava, mas também fiquei apreensivo com o que irias ter de enfrentar neste País onde por vezes parecia retomar-se o "orgulhosamente só".

Uma guerra injusta de 13 anos, desgastante da qual já não ouvirias os tiros, mas de que quotidianamente te aperceberias no teu contacto diário com o teu pai. Apesar da queda do regime, uma das mais

velhas ditaduras do mundo ocidental, continuava a oprimir e a reprimir.

Depressa o sentiste, como já tinha acontecido com a mana...

Porém, para os jovens da tua idade e outras gerações, não será fácil hoje perceber as medonhas consequências de tudo isto. Ninguém vos proíbe de protestar, de cantar, de falar.

Ninguém vos impede de sair do país, de ler os livros que desejam, de ver os filmes que gostam, de ouvir as canções preferidas... Ninguém é proibido de ensinar ou de aprender nas escolas. Ninguém é multado por acender um isqueiro sem ter pago a licença, então obrigatória para poder usá-lo!...

Nos cafés já ninguém fala baixinho e observando com desconfiança o vizinho da mesa do lado, que poderia ser um informador da PIDE. Não é anedota dizer que contar uma anedota podia valer prisão!

Pois no início de 1974 ainda era tudo isto por surrealista que hoje possa parecer...

Na madrugada de 25 de Abril acordei, estremunhado com os gritos da senhora da limpeza que entrou esbaforida na enfermaria quase em pânico: estão a atacar Lisboa, estão a atacar Lisboa!... A coisa era séria. Aos poucos acordava para a realidade e daí a pouco praticamente todos da enfermaria cantávamos com as lágrimas rolando pelas faces.

Filhos da mãe... Não mandariam mais jovens para a matança.

Quando nasceste, já encontraste um País livre. Tiveste a sorte que faltou aos teus avós que tanto lutaram nos campos de sol a sol e que injustamente partiram da vida sem ver o sol radioso da democracia.

Podia dizer-te muito mais coisas, mas sempre vamos falando!... Todos os dias espero que sintas quando me ouvires o prazer e alegria que é falar em liberdade, descrever o que vi, descrevendo-te sem demagogias os tentáculos das tenebrosas intervenções da polícia política que a qualquer hora da noite arrancavam pais e filhos do conforto do lar para a tortura! Só por se pensar...

Faço-o para ti e para todos os jovens, filhos dos deficientes que lêem o ELO livremente e sem amarras e medos, embora ainda às vezes incrédulo por tentativas camufladas de censuras prévias, instituída nalguns cérebros, grosseira nos métodos mas eficiente em certas ocasiões.

Volvidos todos estes anos, celebro Abril com imensa alegria, escrevendo e gritando em liberdade, num País que se reconciliou com o mundo e consigo próprio.

À tua geração e às que se seguem compete zelar para que seja um País cada vez melhor e que embora evoluindo sempre, não esqueça nunca que o faz porque em 25 de Abril de 1974 houve uma **Revolução**.

Depois de trinta anos de Democracia, décadas de promessas e de eloquentes entrevistas, palavras caras e muita cagança engravatada, o facto é que não estou desiludido, pela simples razão que nunca estive iludido com determinados mandatos...

Ora esse sentimento de desilusão, só se coloca na verdade, quando se geram expectativas, quando se acredita em algo ou alguém. Não sei, nem me interessa agora estar a pensar se fulano ou sicrano está ou não a corresponder às expectativas que sobre a sua eleição se criaram. O que interessa é que também o desempenho de certos líderes não me desiludiram nem desiludem, porque tal como Salazar ou Caetano nunca me iludiram.

Quando se chega a uma liderança, após se afastarem outras hipóteses, ou quando outros se recusam naquele momento e em determinadas circunstâncias a serem líderes, paira sempre a dúvida sobre o homem certo no lugar certo.

Pode não se questionar a sua determinação no combate político, a idoneidade moral ou a sua capacidade gestora. Questiona-se a adesão às suas propostas, a sua força mobilizadora e a sua entrega aos desafios que se lhe colocam.

Não interessa saber se a equipa que o rodeia é a que melhor responde aos anseios daqueles que o elevaram a líder, se integra técnicos associados com capacidade para desenvolverem o seu projecto

político-associativo. Importante é saber se o líder ouve quem o rodeia, se não se torna autista, se não ouve só o que interessa ao grupo, se não se limita a círculos de opinião restritos, alheando-se dos verdadeiros anseios que o guindaram àquele posto. Importa saber se ele é um coordenador de ideias e projectos ou se estreita a sua liderança em facciosismos redutores.

Sabe-se que as lideranças em democracia são sufragadas, não são impostas.

Resultam da legitimidade democrática. Mas quantas vezes os resultados são favoráveis não por méritos próprios, mas por deméritos alheios?

Ser líder é ser federador das vontades, escolher os meios adequados para a justa decisão, assimilar como seus os problemas que se lhe colocam e cuja decisão de si depende, assumir o primado da verdade em detrimento da palavra fácil. Não acreditar que a liderança se exerce pelo controlo dos meios, da distribuição de benesses ou pelas decisões à força.

Na vã ilusão de mandar...

Daí que não estranhe ver-se líderes preocupados com a opinião dos outros, desesperados com processos mal conduzidos e revoltados com aquilo a que se chamam intrigas.

Tornam-se desconfiados, obtusos, intranquilos e amargos. Perdem o poder de confiança.

O vinagre não é de fiar porque se estraga a si próprio! Tem acontecido o mesmo a certa gente, a certos líderes. Assumidamente não foram, não são verdadeiros líderes. Pode quem os rodeia e até os aplaude e aplaudiu, ter dado sinais que o poderiam ser. Concedeu-se-lhes o benefício da dúvida. Mas não iludiram. Faltou-lhes, faltou-lhes carisma. Muitos já o proclamam com tonalidade audível, e outros tantos em surdina. Na encruzilhada para onde nos deixamos levar, encontremos o caminho. Falo obviamente de certas lideranças na ADFA, embora outras nos devam preocupar nesta altura!...

José Maia

OPINIÃO



Bons Exemplos

Há alguns anos atrás, e já lá vão muitos, em conjunto com outros colegas, dei corpo a algumas ideias, porque acho ser importante sempre e toda a vida dar bons exemplos. Foi aquilo que eu vi em alguns homens deficientes militares das Forças Armadas dos quais se vê e se diz "sua vida e suas obras são um bom exemplo". Todas as pessoas de qualquer credo, raça ou religião, deficiente em serviço, deficiente das Forças Armadas ou outros, ou não, etc., são homens que pelo seu amor à vida, sua maneira de pensar, suas convicções, obras realizadas, qualidade humana, responsabilidade e muito mais, influíram positivamente com a sua maneira de ser, pensar e de viver, nos outros, principalmente nos que viram actuar e depois nos que leram ou escutaram de alguma forma seus pensamentos ou sua maneira de proceder perante determinadas situações. E estes pensamentos e acções, dignas de imitação, um bom exemplo.

Também tem havido e há pessoas na ADFA que com a sua indolência, negligência, inveja, seu afã de poder, etc., actuam de forma reprovável, influenciando negativamente os outros e tais pensamentos ou acções não são dignos de imitar e por isso são um mau exemplo.

Estamos de acordo que alguns deficientes militares das Forças Armadas aprendem e seguem, são obedientes ao que fazem os seus responsáveis, chefes, amigos, etc. E não só eles, nós mesmos também estamos predispostos a aprender novos modelos de conduta através das acções e de bons exemplos que nos rodeiam, aprendemos de muitas formas e uma delas é escutando e observando o que os nossos mais próximos dizem e fazem, assim aprendemos novas maneiras de actuar, tomando-lhe os exemplos (que se querem sempre bons, o que aqui não se verifica).

O primeiro passo para dar um bom exemplo é a importância do valor de querer ensinar, depois estar consciente de que esse valor é vital para poder transformar a vida dos outros. Um bom exemplo não é coisa de um dia mas sim o empenho de cada dia e de cada momento. Podia dar aqui diversos exemplos de importância de dar bons exemplos, contudo

apenas e só quero demonstrar como não se deve prestar um mau serviço à Associação dos Deficientes das Forças Armadas e a todos os seus associados que merecem todo o respeito, admiração pelos valores representados.

Dizem para aí agora que há pessoas sem coração, sem escrúpulos, sem solidariedade, que semeiam ódio, que continuam a lutar por verdadeiras injustiças! Se há pessoas que pensam assim, é de facto a pessoa que defende essas ideias e dos seus seguidores, quando manifesta publicamente a defesa de uma classe de deficientes militares e ataca os outros que diz de "iluminados".

Quero expressar publicamente a minha revolta, porque só entendo a vida com a conduta de bem servir os outros todos, sem excepção, de forma a abrir novos horizontes a toda a família deficiente militar e não só a uma classe. Continuo a defender que cada área legislativa, cada problema que afecta os ex-combatentes, deficientes militares, só se consegue resolver, ultrapassar, negociando uma área de cada vez e aquele que está em cima da mesa é o que tem sempre prioridade em relação a todos os outros. O que se fez com o Dec. Lei 134/97 de 31 de Maio foi um crime cujos responsáveis associativos por este estar por resolver ainda nesta altura deviam ser responsabilizados. Os valores, os bons exemplos dão-se na hora certa e na hora em que o 134 estava pronto há anos para dar entrada na Assembleia da República com toda a força, devia ser apoiado por todos, Direcção Nacional, Delegações e associados, isto sim, é uma boa acção e uma boa forma de dar um bom exemplo. É que se este decreto-lei tivesse a aplicação que é devida aos DFA's, hoje, provavelmente, outros como o serviço campanha e deficientes em serviço estariam devidamente actualizados, como lhes é devido!

Portanto, os problemas todos têm solução, mas só se resolvem com a solidariedade de todos, qualidade humana extraordinária de dar bons exemplos. Vamos todos trabalhar, dar bons exemplos na defesa dos valores ADFA, como o fizemos há anos, no direito à pensão para todas as viúvas dos deficientes militares e que carecem urgentemente de ser actualizado.

Por uma ADFA unida, livre e democrática!

João Gonçalves

O pirilampo de todos nós!
(em venda até 13 de Junho)



PIRILAMPO MÁGICO 2004



Director: Sérgio Azougado
Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610
E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: <http://www.adfa-portugal.com>



ADFA em Moçambique

Conforme foi informado no ELO n.º 340 de Abril de 2004, o Núcleo do Maputo, tendo tomado conhecimento de uma visita do nosso 1.º ministro a Moçambique, manifestou junto da nossa Embaixada e da Direcção Nacional o desejo de ser recebido pelo dr. Durão Barroso, pretensão que a DN naturalmente apoiou.

Questões de calendário impediram essa entrevista, e o Núcleo foi recebido pelo ministro do Trabalho e Segurança Social, que integrava a comitiva portuguesa.

A reunião teve lugar em 30 de Março no Hotel Avenida, onde estava instalado o ministro, tendo o Núcleo apresentado uma lista de problemas, muitos dos quais já antigos e bem nossos conhecidos, mas ainda a aguardar resolução.

Salientaram-se as dificuldades com a aplicação do DL n.º 348/82, de 3 de Setembro, que mantém o direito a PPS (pensão de preço de sangue) às viúvas e órfãos de antigos militares e civis que tivessem perdido a nacionalidade portuguesa, com referência ao DL n.º 498/73, de 9 de Dezembro, que tinha instituído esse direito a familiares de civis mortos ao serviço da Pátria. A aplicação destes diplomas tem encontrado muitas dificuldades por parte da CGA, o que, para quem conhece a praxis desta instituição,

não constitui novidade. Só que, com a distância e com as limitações de conhecimentos, os problemas agravam-se exponencialmente.

Também na aplicação do DL n.º 43/76 (a nossa "Constituição") foram apontados problemas. Talvez o principal seja o da obtenção da nacionalidade, que era condição para a qualificação como DFA para os que perderam a cidadania portuguesa. Como se sabe, um acórdão do Tribunal Constitucional considerou inconstitucional a obrigatoriedade da cidadania, substituindo-a generosamente por autorização de residência permanente; ou seja, basta ao ex-militar deficiente obter o visto de entrada e em seguida a residência permanente (que só é dada após cinco anos de permanência no país), para poder ser qualificado DFA. Só os mais fortes o conseguirão: com mais de 50 anos e mais de 30% de deficiência, deverão sobreviver longe de casa durante cinco anos com cerca de 100 euros por mês - isto para aqueles que já eram pensionistas! O apoio que tem vindo a ser facultado pelo Exército, se bem que precário e, sobretudo no caso do RTm, com fracas condições, tem sido a única saída para a resolução destes casos, tendo sido apresentadas ao ministro estas dificuldades e a mo-

rosidade no andamento dos processos de qualificação.

Outra questão apresentada foi a alteração do critério do pagamento das pensões aos ex-militares qualificados automaticamente DFA, que inicialmente foi fixada em Setembro de 1975 e que depois foi reportada à data da aquisição da nacionalidade ou ainda à data da homologação da nova Junta, questão que a ADFA tem patrocinado juridicamente.

No tocante ao apoio sanitário, foram apresentadas queixas quanto a atrasos no tratamento e revisão de próteses a que os DFA têm direito nos termos da DL 43/76; estão por satisfazer pedidos formulados desde 2002. Foi ainda aventada a hipótese de os DFA serem assistidos na África do Sul, o que porventura ficaria mais barato do que a viagem e estadia em Portugal, solução que a nossa Associação já tinha também apresentado superiormente.

Quanto à Educação, foi salientada a qualidade da Escola Portuguesa do Maputo, mas referido que o apoio se tem limitado ao ensino primário e secundário. Os estudantes universitários filhos de DFA estão portanto em desvantagem em relação aos homólogos portugueses, pois não têm isenção de propinas. E não deixou de ser salientado o papel que esses

jovens poderiam desempenhar na sociedade moçambicana.

Foi ainda solicitado apoio financeiro ao funcionamento do Núcleo, bem como a criação de algumas actividades profissionais e ocupacionais, e ainda apresentados alguns casos individuais.

Nuno Santa Clara

ÚLTIMA HORA

Lei 9/2002

Atrasou-se este ELO ao limite razoável, na esperança de que saíssem, no Diário da República, os documentos de alargamento e de regulamentação da Lei 9/2002, já promulgados pelo Chefe de Estado. Tal não aconteceu, porém, e não se conseguindo saber, embora as várias tentativas feitas, para quando essa publicação, houve mesmo que fazer sair o jornal. No entanto, e para isso chamamos a atenção dos interessados, logo que tais textos sejam conhecidos, os mesmos serão dados a conhecer na página net da ADFA, em

www.adfa-portugal.com.

NÃO ESQUECER:

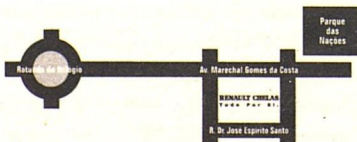
- se ainda não, pague este mês o selo do caero
- Ir consultando a página da net da ADFA, para saber do alargamento e da regulamentação da Lei 9/2002
- Continue a imprimir o ELO dos encontros de ex-combatentes
- Não fume nos locais de trabalho...



RENAULT

- ▶ O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
- ▶ O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
- ▶ O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- ▶ No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- ▶ O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA